

# REVISTA PET ECONOMIA UFES

v.3 n.3

QUE  
CAPITALISMO  
É ESSE?

 **PET** UFES  
ECONOMIA



# Equipe Editorial (2023/2)

---

**Editor Chefe:** Vinícius Vieira Pereira;

**Edição:** Diogo Schiavinatto e Júlia Paulino Rocon;

**Revisão Ortográfica:** Diogo Schiavinatto, Gabriel Matheus Ferreira Santos, Matheus Ferreira Maia, Matheus Moreira Leopoldo de Souza e Pâmela Christye Mendes Gonçalves;

**Revisão Referencial:** Edinaldo Pereira Dos Santos Junior, Henrique dos Anjos Moura e Júlia Paulino Rocon;

**Diagramação e arte:** Breno Liebbmann Vervloet, João Henrique da Silva Nascimento, Kayky Barcelos De Oliveira e Maria Da Graça Gomes Caneva.

**Imagem capa:** *Tube Rats*, de Steve Cutts (2017). Instagram, Disponível em: <https://www.instagram.com/p/BY8QHUmghHv/>. Acesso em: 15 nov. 2023.

**Registro ISBN:**

PET-Economia/Ufes, Vitória - ES, 2023.

# Sumário

<b>Introdução</b>	<b>3</b>
<b>Convidado Especial: Gustavo Moura de Cavalcanti Mello</b>	
<b>O capital entre o eterno retorno e a desmedida</b>	<b>8</b>
<b>Diz aí, Economista! - professor Rafael Moraes</b>	<b>12</b>
<b>Resenhas Econômicas</b>	
<b>Precisamos de Censo e de Bom Senso</b>	<b>17</b>
<b>Bancos Comunitários: Lutando Contra as Mazelas do Sistema</b>	<b>21</b>
<b>Fino señores: misoginia, masculinismo e extrema direita</b>	<b>25</b>
<b>O que está acontecendo com o Novo Ensino Médio?</b>	<b>29</b>
<b>Prenda-me se for capaz: As transformações no mercado do trabalho</b>	<b>33</b>
<b>Era uma praia muito engraçada... não tinha ambulante, não tinha nada</b>	<b>37</b>
<b>Neymar, Cristiano Ronaldo e o <i>sportswashing</i></b>	<b>41</b>
<b>Mostra de Artigos</b>	
<b>Década de 1990: políticas neoliberais e a economia brasileira</b>	<b>45</b>
<b>Reality Show: Conquistando a tela e o coração</b>	<b>55</b>
<b>Conheça seu PET</b>	
<b>PET Economia Universidade de Brasília</b>	<b>62</b>

# Introdução

*Vinícius Vieira Pereira*<sup>1</sup>



Caro leitor,

Começo esta breve introdução convidando você a refletir, atentamente, sobre nosso tempo histórico concreto, ou seja, sobre alguns fenômenos sociais da realidade atual que, de tão comuns e noticiados incessantemente na mídia em geral, tornam-se triviais em nosso dia a dia e, assim sendo, de fatos que deveriam nos incomodar, e mesmo, revoltar, assumem o status de normalidade.

Referimo-nos, por exemplo, ao aumento dos indicadores da fome e da miséria mundo afora, reflexo do crescimento extremo da desigualdade social, fato que vai

de encontro à meta de “fome zero” traçada pela Organização das Nações Unidas (ONU) até 2030; ou à escalada da violência urbana e do número de guerras e conflitos armados espalhados por várias partes do globo, ceifando milhões de vidas inocentes; ou ao aquecimento global e seus alarmantes efeitos climáticos com a destruição irrefreável da natureza e dos diferentes biomas da Terra; ao desemprego crescente, em especial, na periferia do sistema, e à precarização das condições de trabalho e de vida da classe trabalhadora; à recorrência dos movimentos de emigração coletiva, forçados pela busca das mais básicas condições de sobrevivência; ao sofrimento psíquico generalizado entre adolescentes, jovens, adultos e idosos, enquanto proliferam-se também a intolerância e os discursos segregacionistas e de ódio; paralelamente a tudo isso, assistimos à fraqueza dos Estados Nacionais frente a estes grandes desafios da contemporaneidade.

Porém, de outro lado, mas como contraface da mesma moeda, observamos passivamente o aumento do número de sócios no seletto clube dos bilionários mundiais, que passa agora a ser freqüentado também por alguns ilustres trilionários, contradição que escancara a capacidade do modo de produção capitalista de produzir, simultânea e necessariamente, riqueza e pobreza; desenvolvimento e subdesenvolvimento; imperialismo e dependência, deixando como rastro histórico a barbárie social, justamente no momento em que a hipertrofia financeira evidencia o

---

<sup>1</sup> Professor adjunto do departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e tutor do Programa de Educação Tutorial PET-Economia/Ufes.

caráter de rapina do movimento provocado por ricos empresários sobre a já famigerada população de trabalhadores pobres e miseráveis.

Assim, olhando para o processo histórico de desenvolvimento do capitalismo, pautado em transformações na forma e no conteúdo da acumulação de capital ao longo dos dois últimos séculos, às vezes pacificamente, outras nem tanto, a pergunta que se nos apresenta é: que capitalismo é esse em que vivemos hoje? Portanto, o título desta sétima edição da Revista do PET Economia UFES é um convite a você, leitor, a olhar com atenção e perspectiva crítica a sociedade em que vivemos e não se deixar conformar. Tentar entender como serão enfrentadas as graves contradições, e não disfuncionalidades, do processo de reprodução social sob a égide do capital é uma tarefa das mais urgentes. E devemos redobrar a atenção para que nossa análise não caia no vazio das proposições de estratégias de combate tão ou mais contraditórias do que o próprio processo de produção social da desigualdade em si.

Esse é o tom da crítica apresentada pelo professor do Departamento de Economia da Ufes, Dr. Gustavo Melo Cavalcanti Moura, quando instigado a responder à questão “Que capitalismo é esse?”. No Texto do Convidado desta edição, o professor nos provoca a refletir sobre a essência tautológica e contraditória do movimento histórico do capital que, em sua busca incessante pela eterna valorização do valor, deixa um rastro de destruição e morte, seja sobre a população trabalhadora, sobre a natureza e mesmo sobre a própria vida em nosso planeta, ao subverter as relações humanas e sociais, transformando-as em meras estratégias de ganhos, competição e espoliação. Em O capital entre o eterno retorno e a desmedida, o professor utiliza a crítica da economia política não apenas para denunciar a barbárie do capitalismo contemporâneo, mas, principalmente, para destacar o imperativo de se compreender crítica e profundamente as relações sociais vigentes e, a partir da negação destas, apontar um caminho alternativo.

Também atentos e inconformados com alguns fenômenos e comportamentos sociais que refletem o atual momento do capitalismo no Brasil e no mundo, os bolsistas do PET Economia UFES, com acurada visão crítica, produziram suas Resenhas Econômicas para esta edição visitando os mais variados temas que vêm se destacando na imprensa e nas redes sociais. Assim, Bruna e Naomi denunciam a proliferação de discursos misóginos e masculinistas que infestam as redes sociais virtuais, em tempos de avanço da extrema-direita no Brasil e no mundo, a partir de canais especializados em disseminar ódio, desinformação e uma série de preconceitos contra o chamado empoderamento feminino, especialmente, quando o alvo são as mulheres negras. Por sua vez, Arthur e Matheus Maia nos mostram que, enquanto o endividamento das famílias e o desemprego resistem na sociedade brasileira, e os bancos privados batem recordes sucessivos de arrecadação, algumas comunidades têm buscado por alternativas coletivas e solidárias com o intuito de fugirem dos exorbitantes juros cobrados pelo sistema bancário oficial do país a partir da criação dos

chamados bancos comunitários, ou dos fundos solidários, uma válvula de escape para a nociva condição de dependência das famílias de baixa renda em relação ao Sistema Financeiro Nacional. Não bastassem os graves problemas sociais a serem enfrentados em nosso país, a incerteza provocada pelo atraso na realização da pesquisa estatística do Censo Demográfico 2020, cuja divulgação, em virtude da pandemia, estava marcada para 2022, chamou a atenção de Nicolas e Bruna, que alertam para a ausência de bom senso do governo anterior quando o assunto é o Censo, afinal, trata-se de uma das mais importantes ferramentas de gestão pública e um dos principais estudos balizadores das políticas econômicas e sociais de um país. Já Elóra e Maria Luiza voltam os olhares para as transformações no mundo do trabalho provocadas pelas mudanças no capitalismo, em uma era marcada pelo neoliberalismo, salientando as conseqüências comportamentais e os dilemas intergeracionais desse processo sobre uma população jovem que é levada a acreditar que problemas como desemprego, insegurança e incerteza nos rendimentos do trabalho devem ser resolvidos por meio de ações ou escolhas individuais. Enquanto isso, a educação é o lócus da preocupação dos petianos Julia e Henrique, os quais debatem a chamada reforma do Novo Ensino Médio, proposta pelo governo federal em 2017, mas suspensa em 2023 devido aos enormes problemas e desafios que a realidade concreta do ensino no país impõe à implementação das alterações propostas no texto original. Outro movimento excludente observado no capitalismo contemporâneo, e analisado criticamente por Isabela e Matheus Leopoldo, diz respeito ao avanço do processo de gentrificação, ou elitização e segregação socioespacial urbana, que beneficia a parte mais abastada da população por meio da valorização imobiliária, assim expulsando moradores originais, excluindo as populações de baixa renda do uso de áreas e equipamentos públicos e, ainda, contribuindo enormemente para o agravamento da desigualdade social. E encerrando a seção de Resenhas Econômicas, Breno e Diogo mostram como o capital tem invadido novos espaços e criando novos mercados mundiais, a exemplo do futebol, uma paixão mundial, que agora passa a servir aos propósitos de empresas, organizações, e até mesmo governos, os quais se utilizam da popularidade desse esporte para limpar ou melhorar suas reputações frente à comunidade global, estratégia esta que vem sendo denominada de sportwashing.

Destaca-se, portanto, o caráter crítico das resenhas escritas por estes jovens que buscam entender que tipo de capitalismo é esse em que vivemos. Em um processo histórico pautado na derrubada paulatina de todo e qualquer obstáculo à conquista de lucros, o capital avança sobre as arenas mais diversas da vida humana, mercantilizando tudo, seja a cultura, o esporte, o lazer urbano, o entretenimento, o mundo do trabalho, a educação, a moradia, a saúde, etc.

Para manterem seus ganhos e a reprodução do processo de acumulação de capital na contemporaneidade, sem percalços ou interrupções, os capitalistas não se acanham de lançar mão de mecanismos bárbaros e cruéis de exploração do trabalho. Característicos da infância desse modo de produção, e que acreditávamos que já fizessem parte de um passado histórico longínquo e

primitivo do capitalismo, tais mecanismos reaparecem na contemporaneidade, mantendo a mesma essência, porém sob nova roupagem. Referimo-nos aqui à escravidão e esse é o tema da seção Diz aí Economista, em forma de entrevista, no qual os petianos Henrique e Diogo batem um papo com o professor Dr. Rafael Moraes, do Departamento de Economia da Ufes. Em uma conversa que resgata o passado colonial brasileiro e a escravização dos negros no país, o debate se pauta em torno da mais nova (ou velha?) forma de exploração do trabalho humano, a qual tem se tornado bastante comum na atualidade da periferia capitalista, a chamada escravidão contemporânea. Não deixe de conferir!

Na seção de artigos, os trabalhos escritos pelos estudantes do PET Economia Ufes tocam em dois graves problemas da economia brasileira na atualidade. Com o título Reality Shows: Conquistando a tela e o coração, a precarização das relações de trabalho ganha destaque no texto produzido pelos petianos Elóra Travezani e Matheus Maia, em coautoria com o também estudante de Ciências Econômicas, Thiago Petralho. Lançando um olhar atento sobre os atuais e populares programas de televisão do tipo reality show, os autores fazem uma análise crítica desse fenômeno do entretenimento televisivo na sociedade contemporânea. Utilizando os exemplos do Big Brother Brasil, A Fazenda e Masterchef Brasil, a intenção é a de mostrar como esse formato de programa, produzido e exibido na televisão aberta, atua como ferramenta de legitimação das condições precarizadas do mercado de trabalho no Brasil e perpetuam um comportamento social pautado na competição e na busca incessante pelo sucesso individual, características marcantes dessa era neoliberal em que vivemos.

E o avanço das políticas neoliberais no Brasil durante os anos 1990 é o tema tratado pela petiana Bruna Cavati Rossi, a qual busca responder, em seu artigo intitulado Década de 1990: políticas neoliberais e a economia brasileira, se tal guinada para o neoliberalismo teria colocado nossa sociedade mais próxima, ou mais distante, do tão sonhado desenvolvimento econômico e social. Revisitando algumas das principais políticas econômicas dos governos Collor e FHC, numa década marcada pelas aberturas comercial e financeira, pelas privatizações e pelo Plano Real, a autora faz uma análise crítica da adesão incontestada do país às recomendações de Washington e dos desdobramentos desse processo sobre o PIB, o emprego, a dependência e a vulnerabilidade externas e o dinamismo interno da economia brasileira.

Como de praxe, a seção Conheça seu PET joga luz sobre mais um de nossos pares, desta vez, é o PET Economia da Universidade de Brasília. Contando um pouco da história de seu programa, que se confunde com a própria idealização do ensino tutorial no Brasil, os petianos da UNB apresentam algumas de suas atividades, com destaque para os debates sobre a conjuntura econômica, o incentivo à produção científica e a integração com a comunidade acadêmica. Além de privilegiar a troca de experiências e preocupações entre jovens petianos de diferentes cursos e universidades

brasileiras, essa seção é o resultado do esforço empreendido pelo PET Economia Ufes para conhecer um pouco mais os outros grupos PET do Brasil, visando sempre a busca pelo fortalecimento do Programa de Educação Tutorial em nosso país.

Portanto, caro leitor, a partir das preocupações, da pesquisa cuidadosa e da perspectiva crítica apresentada pelos petianos e demais autores convidados que enriquecem esta sétima edição de nossa revista, esperamos ter lançado aqui a semente do inconformismo, na esperança de que ela germine e prolifere esse sentimento na coletividade. Somente assim, nos sentiremos fortes para enfrentar as graves contradições e conflitos que marcam a realidade do capitalismo contemporâneo e para buscar novas formas de vida e produção em sociedade que sejam, verdadeiramente, emancipadoras.

Boa leitura!

# O capital entre o eterno retorno e a desmedida

*Gustavo Moura de Cavalcanti Mello*



Saturno Devorando um de seus Filhos, 1820-23, técnica mista sobre tela, Francisco de Goya, Museu do Prado, Madri.

Como parte do gentil convite para que eu escrevesse algo para a *Revista do PET Economia UFES*, é bom destacar que foi-me dada total liberdade no que tange à forma e ao conteúdo do texto. Não obstante, fiquei instigado pela temática desta edição da revista, que indaga sobre as determinações e as especificidades do capitalismo contemporâneo. Ainda não pude ler as demais contribuições, mas posso imaginar análises variadas, que tratam dos recentes avanços da automação produtiva, os quais

tendem a se acirrar com o desenvolvimento de tecnologias como a dita inteligência artificial, ou de expressões correlatas, como a *plataformização* do trabalho, sobre o pano de fundo de sua precarização. Imagino ainda considerações sobre as desigualdades sociais crescentes, a vigorosa concentração de renda e de propriedade, o incremento do pauperismo e da subnutrição, tendências que se verificam em escala mundial, ainda que de maneira marcadamente assimétrica.

Não surpreenderia encontrar também aqui reflexões sobre a virtual estagnação da economia mundial, e os níveis historicamente baixos das taxas de investimento e de lucro; ou sobre a proeminência assumida pela dimensão fictícia da acumulação de capital, bem como os endividamentos estatais e privados galopantes. Ou ainda sobre as recorrentes crises econômicas, cujas graves consequências sociais tendem a poupar – ou mesmo a beneficiar – as grandes corporações empresariais, amparadas por amplas políticas estatais de salvamento.

De modo geral, não sairíamos do tema se um ou outro dos artigos publicados versassem sobre o recrudescimento da voracidade do capital diante de sua crônica crise de sobreacumulação, e de seu ímpeto espoliador sobre o trabalho e a natureza, que se relacionam a cada vez mais

frequentes e virulentas catástrofes sociais e ambientais, sempre imbricadas, e que resultam em mortes, sofrimento, bem como em milhões e milhões de deslocamentos forçados a cada ano. O mesmo poderia ser dito da escalada armamentista e do pulular de guerras sanguinárias pelo mundo, em um contexto interestatal marcado pela proliferação de “Estados falidos” e pela contestação da hegemonia norte-americana, tendo a China à frente. E a lista se prolongaria ao se considerar a progressiva destruição de sistemas sociais protetivos, o encarceramento em massa, as pandemias de doenças psíquicas, as novas estruturas de vigilância e controle social, a onipresença da indústria cultural na forma de redes sociais e plataformas de *streaming*, etc.

Ora, diante desses fenômenos todos, talvez uma primeira resposta à indagação “Que capitalismo é esse?” poderia ser, numa palavra: um capitalismo que corresponde, cada vez mais, ao seu próprio conceito. Que anticlímax! Mas que tem sua razão de ser, afinal, desde seus primórdios, esse modo de produção: a) se baseia na reiterada expropriação e exploração dos produtores diretos; b) tem como palco o mercado mundial, hierárquico e atravessado por relações coloniais e imperialistas, carregando o militarismo em seu âmago; c) coisifica e reduz tudo o que existe a mero meio de autovalorização do valor; d) põe em movimento uma concorrência encarniçada, em meio a qual capitais mais poderosos fagocitam os mais fracos, gerando crescente concentração e centralização de capitais; e) exige a produção incessante de novas necessidades e a

descartabilidade das mercadorias, numa espiral consumista; f) é movido a crédito, que tem como um de seus pilares o sistema da dívida pública; e por aí vai.

Antes de qualquer coisa, sabe-se que o capital não é mera coisa, mero instrumento de trabalho, nem se confunde com uma forma geral de apropriação, e tampouco com a propriedade privada. E não basta tomá-lo simplesmente como uma relação social; o capital é um *sujeito automático* insaciável, trabalho morto que ganha vida ao vampirizar o trabalho vivo de modo cada vez mais intensivo e extensivo. Além disso, o *modo de produção especificamente capitalista* está baseado na produção por meio de sistemas de máquinas automáticas, e tende a elevar a razão entre meios de produção (capital constante) e força viva de trabalho (capital variável), chegando mesmo a alijar trabalhadores do espaço produtivo em termos absolutos – dando origem ao que comumente se conhece por *desemprego estrutural*. É por isso, por exemplo, que uma empresa como a Uber não se contenta em se colocar como intermediária entre usuários do sistema de transporte e os motoristas, logrando reunir sob seu comando um verdadeiro exército de trabalhadores precarizados, supostos “colaboradores” – numa espécie de atualização do regime de salário por peças e do *putting-out system*. Essa mesma empresa está engajada numa feroz concorrência pelo pioneirismo na produção de carros autônomos, ou seja, no avanço da subsunção real do trabalho ao capital e na expansão do sistema automático de máquinas para a indústria do transporte.

Por conseguinte, salta à vista que, salvo quando lhe são impostos freios por meio da organização da população trabalhadora em classe, a produção de desigualdade e de precarização do trabalho é inerente ao capitalismo, assim como a constituição de uma numerosa superpopulação relativa, ou de massas de pessoas sobrando da perspectiva da acumulação. Entre a sarjeta, as minguadas políticas focalizadas, e as masmorras modernas, a exploração assalariada aparece quase como dádiva para o grosso da população.

O mesmo vale para a crescente predação da natureza, que é vista ora como insumo, coisa a ser consumida, ora como barreira, coisa a ser devastada – o “inferno verde”, que é como os militares costumam chamar a floresta amazônica; ou que é, então, fetichizada, e convertida em ornamento a ser usada como estratégia de marketing pela indústria do turismo e pelo mercado imobiliário, e em nova frente de expansão da acumulação – o mito do capitalismo verde, a panaceia dos créditos de carbono, ou algo que o valha. E assim, sob o mantra do desenvolvimento sustentável, nunca se emitiu tantos poluentes e nunca se queimou tanto carvão como nas últimas três décadas...

Claro está que essa ofensiva contra a população trabalhadora e a natureza responde ao ímpeto fanático por apropriação de riqueza social ou, mais especificamente, de mais-valia, seja em sua forma transfigurada de lucro, juros, dividendos, renda absoluta, diferencial ou de monopólio. É igualmente certo que num contexto de declínio secular das taxas de lucro e de crônica sobreacumulação de capital, tendem a ganhar

força as estratégias que visam, prioritariamente, os tais ganhos de capital e uma série de maquinações financeiras – incluindo pirâmides e todo tipo de esquema Ponzi –, ou mesmo adiar o colapso por meio de uma espiral de endividamento. E assim, a despeito das tendências recessivas da economia mundial, pilhas de capital fictício se amontoam, alimentando sucessivas bolhas financeiras.

Sob esse pano de fundo, também são catapultadas as estratégias que se voltam ao monopólio de insumos estratégicos, de tecnologias, algoritmos etc. que, em última análise, são frutos da natureza e do intelecto geral, cuja liberação é feita mediante o pagamento de vultosos resgates na forma de renda. Juntando as pontas, compreende-se, por exemplo, o poder descomunal das *big techs*, que ao cercar os algoritmos na forma de patentes e ao promover o extrativismo de dados, logram se apropriar de riqueza produzida nos quatro cantos do planeta.

É fácil perceber, então, que esse é um capitalismo no qual a acumulação se dá mais por centralização do que por concentração de capitais, em meio a uma concorrência intercapitalista cada vez mais acirrada. Compreende-se, assim, que as grandes corporações, a despeito de seu caráter transnacional, busquem se valer do poder dos Estados-nacionais como forma de aferir vantagens, inclusive por meios bélicos, se lhes for conveniente. É por isso que essas mesmas corporações não hesitam em demandar monumentais políticas emergenciais e anticíclicas, quando da deflagração de crises, o

que revela o papel central do Estado na produção e reciclagem de capital fictício – vide os muitos trilhões de dólares injetados na economia mundial por meio do afrouxamento monetário, desde a crise do *subprime*. A despeito da grita pela não intervenção, a subsunção real do Estado ao capital só se faz aumentar e, junto com ela, o engajamento do Estado no fomento à acumulação.

Ao que tudo indica, o lema dos empresários, premidos pela concorrência, segue sendo aquele da corte francesa às vésperas da Revolução Francesa: “Depois de mim, o dilúvio!”. Não é à toa que os bilionários sonhem com missões intergalácticas para predar novos mundos, depois de abandonar um Planeta Terra literalmente em chamas.

Essa última constatação por si só indica, no entanto, que, de uma perspectiva crítica, não basta salientar as tendências gerais do capitalismo. Sem dúvida, esse modo de produção tem como fundamento, motor e finalidade o movimento tautológico da valorização do valor. Não obstante, como já se indicou, ele evolui historicamente, e se transforma a partir de seus êxitos e de suas contradições. E se o capitalismo é historicamente constituído, se possui uma história interna, ele possui também limites históricos, que têm se revelado de forma drástica. Conforme se argumentou, atualmente, o capitalismo se sustém, sobretudo, por meio da

espoliação e do emprego da violência direta como forma elementar de mediação social, e parece ter adentrado uma verdadeira deriva suicida. As crescentes mazelas sociais, já mencionadas, e a perspectiva de uma hecatombe atômica e ambiental revelam que o capitalismo contemporâneo nada tem a oferecer a não ser a escalada da barbárie e mesmo a virtual extinção da humanidade.

Como nunca, é imperativo cortar o pavio antes que a chama atinja o explosivo. Para tanto, de nada adianta alimentar veleidades utópicas; ao contrário, como ensina a crítica da economia política, a produção de novas formas de sociabilidade, de uma perspectiva emancipadora, pressupõe a negação determinada das relações sociais atuais e, por conseguinte, é necessário compreendê-las profundamente. Nesse sentido, há de se saudar a iniciativa do PET Economia na organização desta edição da revista, dedicada ao pensamento crítico sobre o capitalismo contemporâneo.

# Diz aí, Economista!

*Rafael Moraes*



Professor no Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Política Social, ambos da Universidade Federal do Espírito Santo.

---

**1. Professor, ao pensarmos em escravidão, é muito comum vir a nossa mente as imagens do período colonial, em que os negros eram explorados e tratados como mercadorias. Em que o trabalho escravo contemporâneo se assemelha e se diferencia da escravidão colonial tão presente no nosso imaginário?**

A diferença mais óbvia da escravidão contemporânea frente à escravidão colonial é sua ilegalidade formal. Por mais que a fiscalização nem sempre seja eficiente em combatê-la, diferente do período colonial e imperial, hoje o trabalho escravo é inconstitucional. Formalmente, manter trabalhadores sob regime de escravidão, hoje, é um crime. Quanto às semelhanças da escravidão contemporânea com a escravidão colonial, eu creio que a principal delas seja a sua

funcionalidade ao sistema predominante – ao capitalismo. A escravidão colonial, como mostrou Fernando Novais, dentre outros, em grande medida financiou todo o aparato que redundaria na Revolução Industrial, sendo elemento central na formação do capitalismo industrial. A extração da prata, do ouro, as riquezas geradas com a produção de açúcar e de café, que passou por Espanha em Portugal e chegou até a Inglaterra, financiou o desenvolvimento que redundou no capitalismo, como conhecemos hoje. Da mesma forma, a escravidão contemporânea não está desconectada do capitalismo moderno. Não é à toa que a escravidão moderna se concentra exatamente nos setores principais da economia dos países periféricos, como o setor agrícola e o setor extrativista mineral, cuja maior parte da produção é exportada. Outra semelhança entre a escravidão contemporânea e a escravidão colonial está na questão racial. Negros e indígenas seguem sendo os sujeitos escravizados hoje, como foram no passado. Essa superexploração do trabalho, legitimada por uma ideologia que hierarquiza racialmente a humanidade, está na raiz do que Aníbal Quijano denomina colonialidade, que nada mais é que a continuidade dos pilares da colonização da América no período atual. O próprio conceito de raça, como conhecemos hoje, remonta ao início da modernidade e à colonização das Américas. O contato com o “outro” no contexto da formação

de um mercado mundial, como nunca experimentado, levou os europeus a construção dessa hierarquização racial, na qual negros e indígenas são apresentados como inferiores aos “brancos europeus”. Essa construção ideológica legitimou a escravidão colonial e segue legitimando a superexploração do trabalho e o genocídio de “não brancos” em todo o mundo.

**2. Como todos sabemos, a escravização, em termos jurídico-legais, foi abolida no Brasil por meio da Lei Áurea, em maio de 1888. O jornalista Leonardo Sakamoto, referência internacional em escravidão contemporânea, caracteriza esse momento como abolição incompleta, por causa da falta de apoio da sociedade aos ex-escravizados. Em que grau a ausência de políticas de inclusão contribuiu para o surgimento das novas formas de escravização?**

Creio que essa resposta deve começar por uma revisão dessa ideia corrente sobre a Lei Áurea. Aprendemos no ensino médio, e às vezes até na universidade, que a Lei Áurea libertou os escravizados no Brasil, e daí vem essa ideia de que no momento seguinte não teria havido uma política de indenização, de inclusão desses negros recém-libertos. Mas, quando vamos estudar o que acontece com a população negra no Brasil, nos deparamos com o seguinte dado: em 1888, no momento da abolição, a população brasileira era de aproximadamente 14 milhões de pessoas, das quais mais da metade eram negros. Os escravizados, contudo, às vésperas da abolição, eram aproximadamente 700 mil indivíduos. Em torno de 10% da população negra, então, foi de fato liberta pela Lei Áurea.

Mais de 6 milhões de negros, que já eram livres no momento da lei, viviam em sua maioria à margem dos setores mais dinâmicos da economia, em geral produzindo para sua subsistência. Geograficamente, sabe-se que essa população se concentrava no interior dos estados da região Nordeste e Minas Gerais, além das regiões cafeeiras do Vale do Paraíba. Constituíam, portanto, uma população marginal ao sistema escravista, na medida que vão ficando para trás, quando acontece o deslocamento do eixo dinâmico da economia açucareira nordestina para a economia mineradora em Minas Gerais e, depois, para a produção do café no Rio de Janeiro e em São Paulo. Essa população vai alcançado sua liberdade muito antes da legislação abolicionista, por diversos meios, como fugas, alforrias compradas ou concedidas, e diversas outras forças de ação dos próprios escravizados, mas fica à margem do sistema econômico, vivendo de subsistência. Quando, na segunda metade do século XIX, se inicia o processo de adoção do trabalho livre nas fazendas de café em São Paulo, não será essa a população ocupada. Nesse contexto, o que acontece é uma grande pressão dos produtores de café para que o Estado financie a vinda de imigrantes brancos para a lavoura de café. Algo em torno de 2 milhões de europeus entram no Brasil nesse período, entre o final do século XIX e a década de 30 do século XX, ocupando postos de trabalho livre tanto nas fazendas de café, quanto nas cidades, principalmente na cidade de São Paulo. Então, aquela enorme população, predominantemente negra, que vivia à margem, produzindo para subsistência, continuará como uma população marginal, com enormes

dificuldades de se inserir no mercado de trabalho. Esse cenário torna-se ainda mais precário quando essa população é expulsa da zona rural, seja pelo avanço das relações mercantis no campo ou pelas questões climáticas, e migra para as cidades. Excluídos e marginalizados, esses indivíduos não encontram meios de inserção no mercado de trabalho, são criminalizados, expulsos do centro das cidades por políticas higienistas e reformas urbanas e ocupam as encostas de morros e os subúrbios das grandes cidades. Voltando, então, à pergunta de vocês, mais do que a ausência de apoio à integração dos negros na sociedade moderna, o que há é uma política de extermínio dessa população, que na medida que vai se libertando da escravidão, vai sendo excluída e marginalizada da sociedade no campo e na cidade.

**3. Desde 2017, o Brasil reverteu a tendência de queda no número de registros de trabalhadores resgatados, saindo de 648 trabalhadores registrados em situação análoga à escravidão para 2.481 pessoas em 2022. Em sua visão, o que explicaria esse expressivo aumento? Isso pode ter relação com as próprias mudanças de governo, com uma nova postura de fiscalização?**

Se temos um governo mais comprometido com o reforço das estruturas estatais de fiscalização, é provável que tenhamos um número maior de trabalhadores libertos. Em contraponto, em uma situação em que haja um governo que desarticule e desmobilize as estruturas estatais, em nome de um pretense apoio ao agronegócio, os números de ações e registros devem cair. Mas,

por outro lado, eu penso que o que melhor nos ajuda a entender esse aumento no número de registros de trabalho escravo nos últimos anos passa mais pela crise econômica que a gente vive do que por um aumento ou uma redução na fiscalização. Para entender isso, é preciso voltar outra vez à história. Vejam, se mesmo no auge de nosso processo de desenvolvimento, com a industrialização capitaneada pelo Estado, entre 1930 e 1980, que, em tese, permitiu um aumento da renda e do emprego formal, uma grande parte da população ficou de fora das possibilidades ofertadas. Imagine o que acontece com essa população no contexto de crise prolongada que vivemos hoje. Um exemplo disso que estou falando pode ser visto no livro “Quarto de Despejo”, de Carolina Maria de Jesus, que foi escrito no formato de um diário e vai narrando as condições de vida e de trabalho bastante precários da autora, uma catadora de papel e moradora da favela Canindé, no município de São Paulo. No livro, a autora relata todas as dificuldades que passa com a fome, as limitações na criação dos seus filhos e a precariedade de seu trabalho. Agora, vejam quando e onde esse livro foi escrito. Em São Paulo, a cidade mais rica do país, no final dos anos 1950, em pleno governo JK – no auge do desenvolvimento econômico industrial brasileiro. Quando olhamos para uma parcela significativa da população, ali representada por Carolina Maria de Jesus, a gente vê que essa população não estava integrada, não estava conseguindo se colocar no mercado de trabalho formal, mesmo naquele contexto. Essas pessoas, que não se tornaram operários e operárias da indústria, tinham que sobreviver por meio de diversas

formas de bicos, de trabalhos precários e sazonais, se submetendo, muitas vezes, a toda sorte de desmandos e exploração. Se era assim em plenos anos 1950, imaginem da década de 1980 para cá. Imaginem após a crise dos anos 2015/2016. Essa parcela considerável da população, que está sempre enfrentando obstáculos estruturais para se inserir no mercado de trabalho formal e, portanto, tendo que viver em condições de subemprego, condições miseráveis, sub-humanas, acaba necessitando aceitar tipos de trabalho que beiram ou, em alguns casos, se concretizam na forma de escravidão. Então, eu penso que, na verdade, é muito mais uma questão material/estrutural que explica o aumento do subemprego e, conseqüentemente, da escravidão no Brasil hoje, do que a questão do aumento ou da redução da fiscalização.

**4. Segundo o Portal da Inspeção do Trabalho, a maior parte dos trabalhadores resgatados são naturais de Minas Gerais, Maranhão, Bahia e Piauí, respectivamente. Importante ressaltar que os três estados nordestinos citados estão entre as federações com os piores índices sociais e econômicos do país. Como você interpreta essa aparente relação entre pobreza e escravidão?**

É mais que uma relação com a pobreza. O que explica o destaque negativo desses estados é a condição marginal de grande parte da população frente a nossa organização econômica e social. É uma superpopulação relativa, que se concentra em grande medida nestes estados citados, além das periferias das grandes cidades. Agora, para entendermos por que os estados da região

Nordeste concentram esses grandes bolsões de pobreza, também precisamos remontar a nossa formação econômica. Quando olhamos para o processo de colonização, notamos que ele começa exatamente por onde é hoje a região Nordeste do país. É ali, entre Salvador e Recife, que se inicia a ocupação do território pelos portugueses, uma colonização que se dá, eminentemente, a partir da extração – da exploração – de nossas riquezas, por meio do trabalho escravo. O que acontece a partir dessa organização social, cujo único objetivo era produzir e extrair riquezas para serem vendidas na Europa, é a criação de uma economia meramente reflexa, agroexportadora. Ao lado dessa economia reflexa, exportadora, se constitui um agrupamento populacional que, em um primeiro momento, se dedica à atividade pecuária, que se infiltra paulatinamente no interior do território. Na medida que a economia açucareira entra em declínio, essa população se volta para a subsistência. Essa população não diminui, mesmo sofrendo com as intempéries climáticas. Ao contrário, ela vai sendo abastecida pelos excluídos da produção aurífera em Minas Gerais. Já no final do século XIX, esse grande bolsão populacional deu origem a uma tragédia humana. Enormes convulsões sociais alimentadas pela fome, pela seca, pela exploração, como vemos diversos filmes produzidos nos anos 60 e 70, como “Vidas Secas” e “Deus e o diabo na Terra do Sol”. Canudos, o Cangaço e os milhares de refugiados da seca refletem exatamente como esse nome bolsão populacional, vivendo de subsistência no interior dos estados da região Nordeste e no norte de Minas Gerais, é pressionado pela questão

climática, pelo avanço da fronteira agrícola e do capitalismo, e não vai ter outra condição de sobrevivência senão uma fuga desenfreada para os centros urbanos de Fortaleza, Recife e Salvador, ou mesmo Rio e São Paulo. Essas cidades, contudo, tampouco reúnem condições de receber e inserir essas pessoas em atividades formais, o que faz com que esse nome bolsão populacional esteja ali à disposição do capital, nos diversos núcleos de desenvolvimento que vão surgindo em todo o território nacional. Quando ocorre o crescimento da extração da borracha na região Norte do país, há uma enorme migração de nordestinos para trabalhar na extração de borracha; quando temos o crescimento da atividade portuária no Rio de Janeiro no início do século XX, há grande fluxo migratório de nordestinos para trabalhar nos portos. Depois, quando se iniciou o desenvolvimento da cidade de São Paulo, principalmente da indústria imobiliária e da construção civil, assistimos ao novo ciclo de migração de nordestinos para a cidade de São Paulo; o mesmo na década de 1950, com a construção de Brasília. Ou seja, existe um enorme bolsão constituído por pessoas que não encontram inserção no mercado de trabalho e vivem procurando ocupação, por mais precária que seja, exatamente porque precisam de alguma renda para sobreviver. Quando chega alguém com uma proposta mirabolante de levá-los para trabalhar numa vinícola do Sul, em uma mina de carvão no Norte, uma indústria no Sudeste ou qualquer outra proposta, estas pessoas, vulneráveis, acabando entrando em ciladas que redundam em relações típicas de escravidão. Não é uma questão de escolha, elas precisam de

alguma fonte de renda para sobreviver, para ajudar suas famílias, o que as fazem presas fáceis para esse tipo de escravocrata moderno

# Precisamos de Censo e de Bom Senso

*Bruna Cavati Rossi*

*Nicolas de Azevedo de Oliveira Ferreira*



HUMOR POLÍTICO. “Censo” 2021. Disponível em: <https://www.humorpolitico.com.br>. Acesso em: 29 set. 2022.

São seis meses de atraso, dois anos de defasagem, orçamento reduzido e uma aparente falta de transparência na metodologia. Esses fatos, lamentavelmente, são referentes a maior pesquisa estatística do Brasil: o Censo Demográfico. Isso reflete o descaso da gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro com a ciência (e tantas outras áreas). Porém, os impactos da realização do Censo sem os devidos critérios afetam o país por um período muito maior do que o de sua gestão. Já ouviu falar sobre essa pesquisa estatística? Sabe qual é a instituição que a realiza? Conhece sua importância para a população e para as organizações internacionais?

A palavra “censo” tem origem no latim *census*, que significa estimativa.<sup>2</sup> O Censo Demográfico é um estudo realizado em quase todos os países, geralmente a cada 10 anos (como no Brasil), com o objetivo de contabilizar os habitantes do território, além de identificar as suas características. Sua importância se evidencia ao longo da história da humanidade. Por exemplo, na Antiga Roma, estudos semelhantes já eram realizados com o intuito de identificar os proprietários de terras e definir o pagamento de impostos.

No Brasil, em 1852, tentou-se realizar o primeiro recenseamento. No entanto, por manifestações contrárias durante sua execução, ele teve de ser cancelado. As revoltas ocorriam pelo receio da pesquisa servir como meio para contabilizar os negros residentes e tornar escravos os que haviam conseguido sua liberdade. Com isso, o primeiro Censo Demográfico foi feito no Brasil apenas em 1872. Antes dessa pesquisa, os dados da população eram obtidos por fontes extraoficiais, como registros de autoridades eclesiásticas. A partir de 1940, o estudo passou a ser responsabilidade do Instituto Brasileiro

<sup>2</sup>SIGNIFICADOS. **Significado de Censo**. Disponível em: <https://www.significados.com.br/censo/>. Acesso em: 28 set. 2022.

de Geografia e Estatística (IBGE), como permanece até a atualidade.<sup>3</sup>

O último Censo com resultado completo divulgado foi em 2010. Logo, em 2020, era esperado que fosse realizado um novo estudo estatístico. Contudo, devido a pandemia da Covid-19, teve de ser adiado. A previsão era que fosse executado no ano seguinte (2021). Entretanto, por falta de recursos devido aos inúmeros cortes no orçamento da pesquisa, sua execução tornou-se inviável. Em 2022, com dois anos de atraso e por determinação do Supremo Tribunal Federal (STF), a pesquisa censitária teve início em agosto. No entanto, o montante de recursos direcionados foi o mesmo que havia sido estabelecido em 2019, ou seja, houve uma perda real no orçamento. Este fato é extremamente problemático, ainda mais considerando que o estudo é crucial por trazer a contagem da população depois da pandemia, além de permitir compreender o estágio de transição demográfica, conforme Roberto Luiz do Carmo,

presidente da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (Abep).<sup>4</sup>

O Censo Demográfico de 2022 é composto por dois questionários: o básico (aplicado em 89% dos formulários), que traz questões sobre características do domicílio, identificação étnico-racial, registro civil, educação e

rendimento do responsável; e o ampliado, que investiga outras informações, como trabalho, rendimento, fecundidade, religião ou culto, pessoas com deficiência e migração. Além disso, de forma inédita, este é o primeiro a buscar dados sobre o autismo e também acerca dos povos quilombolas. Para mais, conta com a abordagem em agrupamentos indígenas, visando obter dados sobre recursos naturais, educação, infraestrutura e hábitos de determinada aldeia ou comunidade.<sup>5</sup>

A previsão era que a pesquisa fosse executada ao longo de três meses (agosto, setembro e outubro), em que seriam visitados 75 milhões de domicílios, de todas as cidades do Brasil. Contudo, em fevereiro de 2023, a pesquisa ainda segue em execução, tendo, até o final de janeiro, apenas 89,4%<sup>6</sup> da população recenseada. Roberto Olinto, ex-presidente do IBGE (2017-2019), destacou que esse atraso afeta a qualidade da pesquisa.<sup>7</sup> Além disso, a realização de apenas cinco dias de treinamento dos recenseadores, o corte no orçamento e a redução de perguntas dos questionários também comprometem a confiabilidade do estudo. Em comparação com 2010, houve uma diminuição de perguntas em ambos os questionários, sendo de 8 questões no básico e

<sup>5</sup>GANDRA, Alana. Agência Brasil explica detalhes do Censo 2022. Agência Brasil, 2022. Disponível em: <https://shre.ink/c1a0>. Acesso em: 26 set. 2022.

<sup>6</sup>VIECELI, Leonardo. **Censo atrasa e IBGE prevê divulgar resultado definitivo em abril**. Folha de São Paulo, 2023. Disponível em: <https://encurtador.com.br/rwF38>. Acesso em: 06 fev. 2023.

<sup>7</sup>AMORIM, Daniela Amorim; NEDER, Vinicius. **Censo 2022 está atrasado por falta de recenseadores**. Estadão, 2022. Disponível em: <https://shre.ink/c1yI>. Acesso em: 24 jan. 2023.

<sup>3</sup>IBGE. **Memória IBGE**. Disponível em: <https://memoria.ibge.gov.br/historia-do-ibge>. Acesso em: 30 set. 2022.

<sup>4</sup>CARNEIRO, Lucianne. **Com dois anos de atraso, Censo começa coleta de dados com orçamento corroído pela inflação**. Valor Econômico, 2022. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2022/07/31/com-dois-anos-de-atraso>. Acesso em: 28 set. 2022.

de 35 no ampliado.<sup>8</sup> Assim, mesmo que haja outras pesquisas que possam ser consideradas complementares ao Censo, muitas o utilizam como base. Logo, isso pode representar um apagão de dados.

Para se ter dimensão da importância do recenseamento, pode-se mencionar algumas de suas finalidades.<sup>9</sup> Entre estas, identificar regiões que demandam maiores investimentos, como em saúde e educação, e acompanhar o crescimento e distribuição geográfica da população. A iniciativa privada pode utilizar o Censo para decidir em quais locais promover um novo empreendimento. A pesquisa fornece, ainda, projeções populacionais para se estabelecer a representação política do país, como o número de deputados federais por cada estado, e disponibiliza ao Tribunal de Contas da União (TCU) as bases para as cotas nos Fundos de Participação dos Estados e Municípios. No caso dos municípios, estes são sua principal fonte de arrecadação, sendo usados até no pagamento dos servidores.<sup>10</sup> Inclusive, isso levou o IBGE a divulgar, ao final de 2022, dados preliminares, em que estimou cerca de 20% da população. Com essas informações, muitos municípios tiveram uma redução inesperada no orçamento, o que fez o

<sup>8</sup>PAMPLONA, Nicola; DIAS, Marina; MIRANDA, Giuliana. **Apesar de críticas de Guedes, Censo brasileiro é um dos menores do mundo**. Folha de São Paulo, 2019. Disponível em: <https://shre.ink/c1aQ>. Acesso em: 26 set. 2022.

<sup>9</sup>IBGE. **Censo 2022**. Disponível em: <https://shre.ink/c1aN>. Acesso em: 26 set. 2022.

<sup>10</sup>GAVRAS, Douglas. **Adiamento do Censo do IBGE prejudica políticas sociais e repasse aos municípios**. Disponível em: <https://shre.ink/c1aC>. Acesso em: 26 set. 2022.

ministro Ricardo Lewandowski, do STF, suspender a utilização dos dados para esse objetivo.<sup>11</sup>

O Censo Demográfico também é de relevância mundial, não só pela qualidade dos dados que fornece, mas também por ser fonte de informações oficiais, usado até pela Organização das Nações Unidas (ONU).<sup>12</sup> Inclusive, neste recenseamento, foi realizada a Missão Observa Censo, em setembro de 2022, que contou com a participação de 25 países, em cinco estados brasileiros. Esta foi uma maneira de obter maior transparência e permitir o compartilhamento de metodologias entre os países.

Ademais, em nível nacional, o Censo contribuiu para geração de renda, visto que 80% do orçamento destinou-se à contratação temporária de profissionais. Ao todo, estimava-se 211 mil pessoas mobilizadas, entre recenseadores, supervisores e agentes censitários. Muitos desses encontraram na pesquisa uma oportunidade de obter algum rendimento. Contudo, além dos recenseadores receberem apenas por formulário realizado, podendo ocorrer dias em que pouquíssimos consigam ser coletados e, portanto, a remuneração diária ser extremamente baixa, ocorreram atrasos no pagamento. A incerteza quanto à remuneração fez muitos

<sup>11</sup>MUNIZ, Mariana. **Lewandowski suspende uso do Censo de 2022 em repasse para municípios**. O Globo, 2023. Disponível em: <https://shre.ink/c1aO>. Acesso em: 23 jan. 2023.

<sup>12</sup>LACERDA, Denys. **#PRAENTENDER: por que a realização do Censo é tão importante para o Brasil**. Estado de Minas, 2021. Disponível em: <https://shre.ink/c1aS>. Acesso em: 30 set. 2022.

recenseadores desistirem, a ponto do IBGE cogitar convocar agentes de saúde para realizar a coleta, ainda que sem treinamento prévio.<sup>13</sup>

Com isso, o desdém com a realização do maior estudo estatístico nacional traz graves consequências para o bem-estar da população. A não realização, ou a realização do Censo com menor rigor científico, não atrapalha apenas o funcionamento da máquina estatal, mas impede a execução de políticas públicas e programas sociais, afetando também o setor privado. Os dados permitem a compreensão de como está o que mais deveria importar: a sociedade, como ela se organiza e o que ela necessita. Espera-se que o atual governo tenha maior responsabilidade social do que a gestão anterior, pois como afirmou Roberto Olinto,<sup>14</sup> sem a pesquisa se elimina a possibilidade do exercício pleno da cidadania.

É necessário ter senso!

---

<sup>13</sup>TOMAZELLI, Idiana. **Censo vive tragédia absoluta e dados não são confiáveis, diz ex-presidente do IBGE.** Folha de São Paulo, 2023. Disponível em: <https://shre.ink/c1ag>. Acesso em: 24 jan. 2023.

<sup>14</sup>UOL. **'Não fazer o Censo é uma tragédia', diz ex-presidente do IBGE.** 2021. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao>. Acesso em: 30 set. 2022.

# Bancos Comunitários: Lutando Contra as Mazelas do Sistema

*Arthur Buffon Rodrigues Viana*

*Matheus Ferreira Maia*



Instituto Banco Palmas. Disponível em: <https://blog.acerto.com.br/informacoes-bancarias/banco-palmas/https://blog.acerto.com.br/informacoes-bancarias/banco-palmas/>. Acesso em: 29 de mar. 2023.

Uma marca latente do cenário econômico nacional é o alto prejuízo social de grande parte da população brasileira com o sistema bancário, com destaque para a população de baixa renda. Um sintoma dessa relação nociva pôde ser visto por meio dos dados da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), na qual o Brasil alcançou, em fevereiro de 2023, um total de 78,3% de famílias endividadas e, deste total, cerca de 11,6% não terão condições de pagar as suas dívidas e irão se converter em inadimplentes. Além disso, somado a essa situação, atualmente a taxa básica de juros da economia brasileira, a Taxa Selic (Sistema Especial de Liquidação e Custódia), encontra-se em um alto patamar de

13,75%<sup>15</sup>, o que causa uma dificuldade adicional para as famílias em pagar seus débitos, uma vez que, com o aumento da taxa, segue-se o encarecimento do crédito.

Em consonância com a dependência do sistema bancário, o Brasil também sofre com a persistência do processo inflacionário. De acordo com os dados do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), índice oficial da inflação nacional, esta alcançou, em fevereiro de 2023, 5,60% no acumulado dos últimos doze meses<sup>16</sup>. Somado a essa conjuntura, o desemprego, de acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), alcançou 8,4% da população no trimestre de novembro de

<sup>15</sup> RIVEIRA, Carolina. **Copom mantém Selic em 13,75% pela quinta reunião consecutiva.** *Exame*, 2023. Disponível em: <https://exame.com/economia/decisao-copom-selic-marco-2023/>. Acesso em: 29 de mar. 2023.

<sup>16</sup> IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. SISTEMA NACIONAL DE ÍNDICES DE PREÇOS AO CONSUMIDOR VARIAÇÕES MENSIS POR GRUPOS E ITENS IPCA - FEVEREIRO DE 2023. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/i\\_npc\\_ipca\\_2023\\_fev.pd](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/i_npc_ipca_2023_fev.pd). Acesso em: 29 de mar. 2023.

2022 a janeiro de 2023, o que corresponde a aproximadamente 9 milhões de trabalhadores<sup>17</sup>.

No entanto, em contraste às mazelas sociais vigentes na sociedade brasileira, os bancos privados conseguiram obter lucros exorbitantes nos últimos anos. Nesse contexto, de acordo com o levantamento realizado pelo Poder 360, em 2022, os principais bancos privados no Brasil arrecadaram 96,2 bilhões de reais, o que corresponde a um crescimento de 6,3% em relação a 2021<sup>18</sup>. Uma consideração interessante para visualização da realidade quase distópica vista no setor bancário brasileiro seria a lucratividade do banco privado Santander, de matriz espanhola, com maiores ganhos em território nacional do que em seu país de origem<sup>19</sup>.

Quando Mankiw, em Princípios de Microeconomia, apresenta os dez princípios de economia, ele sugere por primeiro: “As pessoas enfrentam *trade-off*”, isto é, passam por decisões para as quais, quaisquer que fossem as escolhas, levariam a perdas pelas outras. Como exemplo, o autor pontua o *trade-off* que os

governos encaram entre a priorização da eficiência ou da equidade. Entretanto, algo há de ser questionado: em qual contexto seria considerável garantir os altos lucros bancários ao invés de combater essa realidade macabra?

Em contrapartida com a lógica do sistema bancário brasileiro, surgiu no final da década de 1990, uma nova ferramenta de sobrevivência nessa lógica parasitária de exploração e aprisionamento no sistema de crédito. Uma política de auxílio aos empreendedores locais, o primeiro banco comunitário no Brasil, o Banco Palmas (Fortaleza-CE). Essas instituições prestam serviços financeiros solidários e atuam em rede de forma comunitária. Além disso, buscam proporcionar a dinamização e o desenvolvimento dos mercados regionais, com a promoção de emprego e renda. Dessa maneira, duas importantes marcas desse tipo de associação são a gerência pela própria comunidade e o enfoque nas localidades de vulnerabilidade, atingidas pela exclusão e desigualdade social<sup>20</sup>.

Durante o processo de urbanização e valorização do solo da zona costeira da cidade de Fortaleza, no Ceará, a partir de 1973, os primeiros habitantes foram forçados a abandonar a região para o desenvolvimento do turismo. Essa região de beira-mar, inicialmente, era uma área ocupada por favelas e, de forma a negligenciar as questões estruturais e sociais, aquela população que não era bem quista pelo turismo, foi expulsa para

<sup>17</sup> **Desemprego fica em 8,4% em janeiro e atinge 9 milhões de brasileiros.** Uol, 2023. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2023/03/17/pnad-continua-ibge-desemprego.htm>. Acesso em: 23 de mar. 2023.

<sup>18</sup> FERRARI, Hamilton. **Principais bancos lucram R\$ 96,2 bilhões em 2022.** Poder 360, 2023. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/economia/principais-bancos-lucram-r-962-bilhoes-em-2022/#:~:text=Os%20principais%20bancos%20lucram%20R,R%24%2090%2C5%20bilh%C3%B5es..> Acesso em: 23 de mar. 2023.

<sup>19</sup> SANCHEZ, LIGIA. **Santander: Brasil fará maior contribuição no lucro.** Disponível em: <https://exame.com/negocios/santander-brasil-fara-maior-contribuicao-lucro-568880/>. Acesso em: 29 de mar. 2023.

<sup>20</sup> MAGALHÃES, Sandra; SEGUNDO, João Joaquim de Melo Neto. **Bancos Comunitários.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2009. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4059/1/bmt\\_41\\_10\\_Eco\\_Bancos\\_41.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4059/1/bmt_41_10_Eco_Bancos_41.pdf). Acesso em: 29 de mar. 2023.

um conjunto habitacional sem nenhum suporte de infraestrutura urbana, o Conjunto Palmares. Diante desse contexto de desamparo e exclusão, é que os moradores, vinte anos mais tarde, depois de batalharem para garantia de uma urbanização mínima da região, criaram o Banco de Palmas para, dessa vez, proporcionar um desenvolvimento socioeconômico na comunidade<sup>21</sup>.

Essa estrutura de gestão comunitária, com uma proposição financeira solidária, pôde ser compartilhada com outras regiões. No Espírito Santo, de acordo com a Agência de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedorismo (Aderes), temos um total de nove bancos comunitários, sendo: três na Serra, dois na cidade de Vila Velha, um em Cariacica, um em Pedro Canário, um em Nova Venécia e mais um na Região do Caparaó<sup>22</sup>.

Essas organizações utilizam diversas ferramentas para atuar no desenvolvimento social das regiões alcançadas por essa iniciativa. Por exemplo, existe o crédito produtivo, com o qual pode-se adotar linhas de créditos especiais para apoiar a expansão de novos empreendimentos. Outra ferramenta utilizada são os chamados fundos solidários, criados para atender grupos de pessoas que trabalham no mesmo setor (como feirantes ou microempreendedores), em que o banco

comunitário realiza a compra diretamente com os fornecedores. Desse modo, como benefício, os empréstimos a serem pagos ao banco comunitário são parcelados em seis meses, sem a cobrança adicional de juros<sup>23</sup>.

À vista disso, outra forma bastante conhecida de atuação dos bancos comunitários é a disponibilização de créditos para o consumo, por meio da veiculação das chamadas moedas sociais. Essas moedas são criadas pelos próprios bancos comunitários com o intuito de estimular o consumo entre a população, já que estas serão aceitas apenas pelos comerciantes da região em que atua o banco. Ao todo existem, aproximadamente, 117 moedas sociais em circulação pelos estados da federação. Contudo, é importante frisar que as moedas sociais têm função complementar, restritas apenas a uma região específica, e os Bancos Comunitários são obrigados a enviar ao Banco Central (Bacen) relatórios sobre a quantidade de emissão de moeda social.

Apesar de ser uma política multiplicada por diversas regiões no país, ainda não existe legislação regulatória e, nesse sentido, existe uma contradição no funcionamento dessas instituições com seu propósito. Devido a essa restrição, esses bancos não podem realizar poupança e gerar empréstimos por si, dependendo dos bancos tradicionais, com suas

<sup>21</sup> MOSTAGI, Nicole Cerci; PIRES, Lilian de Lima; MAHNIC, Chayne de Lima Pereira; SANTOS, Luís Miguel Luzio dos. **Banco Palmas: inclusão e desenvolvimento local**. Campo Grande: Interações, v. 20, n. 1, p. 111-124, jan./mar. 2019.

<sup>22</sup> **Bancos Comunitários**. Aderes. Disponível em: <https://aderes.es.gov.br/bancos-comunitarios>. Acesso em 29 de mar. de 2023.

<sup>23</sup> **O que é um Banco Comunitário**. Instituto Banco Palmas. Disponível em: <https://www.institutobancopalmas.org/o-que-e-um-banco-comunitario/>. Acesso em :23 de mar. 2023.

taxas de juros elevadas e exigências, para não restringir a concessão do crédito.<sup>24</sup>.

No entanto, isso não é motivo para questionar sua atuação, já que, como evidenciado ao longo do texto, este aplica diversas outras ações de apoio ao desenvolvimento socioeconômico da região. Não obstante, também possibilita a inclusão dessas localidades que, por sua vez, foram excluídas dos postos bancários tradicionais. Para isso, atuando como correspondente, permite que a comunidade possa realizar pagamento de contas sem ter que se deslocar para regiões vizinhas.

O lema principal do Banco Palmas é “Ninguém sai da pobreza sozinho” e, com certeza, a atuação dos bancos comunitários em regiões carentes é uma fonte de transformação e desenvolvimento social para a população. Mas não apenas, trata-se de uma forma de mitigar a nociva dependência da população de baixa renda com o sistema bancário nacional.

---

<sup>24</sup> **Como Implantar um Banco Comunitário.** Instituto Banco Palmas. Disponível em: <https://www.institutobancopalmas.org/como-implantar-um-banco-comunitario/>. Acesso em: 29 de mar. 2023.

# Fino señores: misoginia, masculinismo e extrema direita

*Bruna Cavati Rossi*

*Naomi Prates de Lemos Santos*



ARAÚJO, Samuel Matos de. **Araras de Pvc**. Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/253257179038679784/>. Acesso em: 15 abr. 2023.

Sentimento de ódio ou aversão às mulheres. Estas expressões remetem ao significado do termo *misoginia*<sup>25</sup>. Essa concepção pauta-se na lógica sexista de que as mulheres devem estar em uma posição social inferior à dos homens. Apesar da temática ter adquirido maior visibilidade com discursos<sup>26</sup> que vêm se expandindo nos meios virtuais, não é novidade. A cultura patriarcal e a divisão sexual do trabalho estão enraizadas no país, realimentando tais práticas e sentimentos.

<sup>25</sup> O que é misoginia? **Galileu**, 2020. Disponível em: [acesse.one/Ce2l1](https://acesse.one/Ce2l1). Acesso em: 05 abr. 2023.

<sup>26</sup> Nesta resenha, para evitar a propagação ainda maior de conteúdos misóginos, optou-se por não citar nomes ou publicações diretamente.

Apesar da persistência de discursos deslegitimizando as reivindicações femininas, afirmando que são injustificadas, a misoginia está diretamente relacionada aos atos de violência. Com base em informações da plataforma “Violência contra as mulheres em dados”, do Instituto Patrícia Galvão<sup>27</sup>, em 2022, 29% das brasileiras foram vítimas de alguma forma de violência. Destas, a maioria tinha entre 16 e 34 anos, eram negras e tinham filhos. Além disso, a maior parte das agressões vieram de pessoas com quem as vítimas tiveram algum relacionamento afetivo.

Redes sociais virtuais também têm sido bastante utilizadas para a propagação de discursos de ódio contra as mulheres. Com base na Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos da Safernet<sup>28</sup>, a misoginia esteve na terceira posição em relação ao aumento de denúncias. Entre 2021 e 2022, o crescimento foi de 251%. Para Luiz Valério

<sup>27</sup> Por dia, quase 51 mil mulheres sofreram violência no Brasil em 2022. **Violência contra as mulheres em dados**, 2023. Disponível em: [1nq.com/bsxJq](https://1nq.com/bsxJq). Acesso em: 10 abr. 2023.

<sup>28</sup> CRUZ, Elaine Patrícia. Denúncias de crimes com discurso de ódio na internet crescem em 2022. **Agência Brasil**, 2023. Disponível em: <https://bit.ly/43vYQkS>. Acesso em: 10 abr. 2023.

Trindade<sup>29</sup>, autor do livro “Discurso de ódio nas redes sociais”, discursos contra parcelas minorizadas da população, como as mulheres, se potencializam nos meios virtuais pelo (pseudo)anonimato. O autor complementa que mulheres negras, jovens e em ascensão social são as mais vulneráveis a esses atos de violência. Com o agravante da supervalorização da branquitude, proliferam-se atos discriminatórios que buscam inferiorizar as mulheres, sobretudo negras, no que consideram ser “seu devido local na sociedade”.

Muitos dos promotores dessas narrativas integram os denominados *chans*. Estes são grupos estruturados nos meios virtuais, alguns da *deep web* e que não precisam de identificação. Contudo, uma parte expressiva dos discursos são propagados na internet aberta, inclusive tendo a publicação de vídeos, postagens e até livros. Esses grupos são parte do movimento *masculinista*.<sup>30</sup> Este, além de criticar as pautas feministas na busca pela equidade de gênero, dissemina o ódio às mulheres em diversos graus. O movimento apresenta os homens como vítimas, em que a Lei Maria da Penha, a Lei do Femicídio e a pensão alimentícia, por exemplo, são considerados privilégios concedidos às mulheres. Esse tipo de discurso desconsidera todo o processo histórico e dados científicos

sobre as condições díspares em que homens e mulheres estão inseridos na organização social.

Contudo, esse movimento não é homogêneo. Para Sara Stopazzolli, jornalista especializada em violência doméstica, o principal movimento no Brasil é o *Men Going Their Own* (MGTOW, traduzido como “homens seguindo seu próprio caminho”)<sup>31</sup>. Os princípios básicos do MGTOW são: não casar, coabitar ou engravidar uma mulher. A jornalista ainda explica que os integrantes costumam usar termos como *blue pill* (“pílula azul”) e *red pill* (“pílula vermelha”) para se referir ao estado de adormecimento dos homens, indo da ilusão ao esclarecimento, respectivamente.

Os termos fazem alusão ao filme *Matrix*. No longa-metragem, a pílula vermelha proporciona ao protagonista a compreensão da realidade, enquanto a pílula azul representa um estado de adormecimento. A expressão *red pill* foi popularizada por uma vertente do movimento masculinista que se autodenomina “sigmas”<sup>32</sup>, cuja principal característica é ir contra a “dominação da sociedade moderna”. Eles acreditam que o sistema favorece as mulheres, e elas os manipulam para controlá-los. Esses homens se consideram líderes natos e tendem a apresentar um comportamento antissocial, pois, segundo eles, escolheram trilhar um caminho mais solitário. Eles se julgam

<sup>29</sup> STEFENON, Eduarda. “Mulheres negras, jovens e em ascensão social são mais vítimas”, afirma sociólogo sobre discurso de ódio nas redes. *Humanista*, 2022. Disponível em: [encr.pw/fVHn](https://encr.pw/fVHn). Acesso em: 07 abr. 2023.

<sup>30</sup> ALEXANDRE, Elisabete. Movimento masculinista cresce e preocupa; saiba como ele se espalha no Brasil. *GQ*, 2021. Disponível em: [acesse.one/TIPzA](https://acesse.one/TIPzA). Acesso em: 03 abr. 2023.

<sup>31</sup> GARBIN, Luciana; ERCOLIN, Carolina. ‘Grupos masculinistas sempre existiram, mas agora acham que o mundo está contra os homens’. *Estadão*, 2023. Disponível em: <https://bitlybr.com/ZsUvj>. Acesso em: 04 abr. 2023.

<sup>32</sup> BARROS, Duda Monteiro de. Movimento Red Pill revela a face cruel e reacionária do machismo nas redes. *Veja*, 2023. Disponível em: <https://abrir.link/Q0gdI>. Acesso em: 10 abr. 2023.

superiores às mulheres e só as toleram para relações sem vínculo afetivo.

Na internet, os *sigmas* empregam o emoji de uma escultura Moai, da Ilha de Páscoa, segurando uma taça de vinho. Para eles, esses monumentos apresentam traços masculinos a serem cultuados, como a mandíbula bem torneada e o queixo protuberante. Além disso, a bebida traz a ideia de apreciar os prazeres da vida sozinho<sup>33</sup>. Costumam associar a imagem a expressão “fino señores” para se referirem à “conversas de alto nível intelectual” entre homens<sup>34</sup>. Consequentemente, a *hashtag* #sigma já alcançou mais de 44 bilhões de visualizações no mundo, apenas na plataforma do TikTok. No entanto, vale ressaltar que há pessoas que utilizam esse emoji apenas como meme, sem relação com atos misóginos.

A propagação de conteúdos misóginos também tem sido veiculada por influenciadores, em que muitos se auto-intitulam *coaches* desses grupos. Eles disseminam discursos misóginos para milhares de seguidores, a maioria jovens, que compartilham uma lista de exigências ao se relacionarem com mulheres, conhecidas como *red flags* femininas. O termo, traduzido como “alerta vermelho”, é utilizado para expressar características que as mulheres não podem ter, como: filho, ex-namorado, usar roupas curtas, ter algum problema com o pai ou faixa etária

<sup>33</sup> FERRARO, Manuela. Homens sigma, tendência no TikTok, espalham misoginia na rede. **Folha de São Paulo**, 2023. Disponível em <https://abrir.link/XYIzf>. Acesso em: 10 abr. 2023.

<sup>34</sup> FERNANDES, Flávia. O que significa 🗿🍷? Entenda significado do meme com emojis. **Techtudo**, 2023. Disponível em: <https://abrir.link/YqgmR>. Acesso em: 10 abr. 2023.

acima dos trinta anos. Em contrapartida, quanto mais velho o homem for, melhor, já que terá maior chance de ser bem-sucedido financeiramente.

Outro grupo são os *incels* (celibatários involuntários), que culpabilizam as mulheres por não terem relações amorosas. Embora pareçam discursos inofensivos, esses grupos masculinistas podem estimular sentimentos de ódio que se manifestam em ações reais. Um exemplo foi em 2018, quando um homem canadense atropelou e matou 10 pessoas em Toronto, no Canadá. Pouco antes do atentado, ele havia publicado uma mensagem que o associava ao grupo incel<sup>35</sup>.

Conforme Bruna Amato, doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e Jéssica Janine B. Fuchs, mestra em Psicologia Social pela UFSC<sup>36</sup>, há uma relação entre a ascensão de grupos masculinistas e a extrema direita. Para as autoras, os grupos masculinistas não são um movimento isolado, mas fazem parte da busca por uma sociedade cisheteronormativa<sup>37</sup>, com a qual o governo Bolsonaro se identificava. Mesmo que não integrem diretamente a extrema direita, contribuem para disseminar

<sup>35</sup> BBC. Quem são os 'incels' –celibatários involuntários–, grupo do qual fazia parte o atropelador de Toronto. **G1**, 2018. Disponível em: <https://bitlybr.com/tnwqV>. Acesso em: 05 abr. 2023.

<sup>36</sup> AMATO, Bruna; FUCHS, Jéssica Janine Bernhardt. Discursos de ódio de gênero e subjetivação: articulações entre masculinismo e extrema direita. **Violência e Gênero**: análises, perspectivas e desafios, editora científica, v. 1, p. 78 - 92, 2022. Disponível em: <https://shre.ink/QKjv>. Acesso em: 10 abr. 2023.

<sup>37</sup> Estabelece heterossexualidade e cisgeneridade como normatividade social.

seus discursos. Para as autoras, a masculinidade hegemônica acaba sendo um elo comum a diferentes grupos sociais.

Essa ofensiva contra as mulheres já era evidente com o *impeachment* contra Dilma Rousseff. Além do conteúdo de classe em sua deposição, houve um nítido aspecto de gênero. Com base em Flávia Biroli, professora do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, isso esteve relacionado ao avanço do protagonismo feminino, visto como ameaça<sup>38</sup>. Na votação, diversos deputados discursaram usando expressões sexistas. Inclusive, o ex-presidente, e então deputado, Jair Bolsonaro, homenageia um torturador de Dilma durante a Ditadura Militar. A eleição e falas do ex-presidente Bolsonaro contribuíram para disseminar atos misóginos, como se passassem a ter legitimidade.

Pensar em como mudar essa realidade é algo complexo. São estruturas historicamente estabelecidas, reforçadas por grupos masculinistas e a própria extrema direita. Contudo, as estruturas sociais não são estáticas e podem/devem ser mudadas. Assim, deve-se ressaltar que o protagonismo feminino vem crescendo e contribuindo, com muita luta, para mudar essa realidade.

Queridos “fino señores”: O lugar da mulher é onde ela quiser!

---

<sup>38</sup> BIROLI, Flávia. Uma mulher foi deposta: sexismo, misoginia e violência política. In: RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda. **O golpe na perspectiva de gênero**. Salvador: Edufba, 2018. p. 75 - 83.

# O que está acontecendo com o Novo Ensino Médio?

*Júlia Paulino Rocon*

*Henrique dos Anjos Moura*



Um “novo” ensino médio é imposto aos jovens no Brasil. Disponível em:

<https://abecs.com.br/um-novo-ensino-medio-e-imposto-aos-jovens-no-brasil/>. Acesso em: 25 abr. 2023.

O Novo Ensino Médio foi criado, pelo menos na teoria, com o objetivo de reformar profundamente os métodos de ensino e aprendizagem das escolas brasileiras, sendo instituído pela lei 13.415/2017 assinada durante o governo Temer. As alterações propostas pela reforma na grade curricular das escolas foram extensas: ocorreu a ampliação da carga horária letiva dos estudantes de 2400 horas para 3000 horas, sendo que 1800 horas (60%) seriam reservadas para uma grade comum compostas pelas matérias tradicionais, como matemática e português, e as 1200 horas (40%) restantes dedicadas a itinerários formativos<sup>39</sup>.

<sup>39</sup> Os itinerários formativos são o conjunto de disciplinas, projetos, oficinas, núcleos de estudo, entre outras

Essas mudanças não foram implementadas de imediato, com o cronograma da reforma sendo definido apenas no governo Bolsonaro, em 2021. O Ministério da Educação prometia uma implementação gradual, começando pelo 1º ano do ensino médio em 2022 e finalizando em 2024 com todas as séries do ensino médio integradas à nova proposta. O objetivo seria oferecer uma formação escolar mais técnica e direcionada para os alunos, tornando o ensino médio brasileiro mais atrativo e diminuindo, assim, a evasão escolar<sup>40</sup>.

O debate em torno desse tema voltou a ganhar notoriedade nas últimas semanas, visto que o Ministro da Educação, Camilo Santana, anunciou, no dia 04 de abril de 2023, a suspensão do plano de implementação da reforma do ensino médio por 60 dias. Este já estava sendo executado ao longo dos últimos dois anos e que, nessa altura, resultaria em mudanças permanentes no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) a partir de 2024. Segundo Camilo, a suspensão visou “ampliar a

situações de trabalho, que os estudantes podem escolher no ensino médio.

<sup>40</sup> MEC deve suspender cronograma de implementação do Novo Ensino Médio; entenda o que está em jogo. Disponível em: <https://encurtador.com.br/xDIT2>. Acesso em: 04 mai. 2023.

discussão” da reforma e possibilitar que todos sejam escutados, "principalmente quem está lá na ponta, que são os alunos, os professores e aqueles que executam a política, que são os Estados”<sup>41</sup>.

A medida é uma resposta ao crescente descontentamento de alunos e professores com o novo modelo de ensino. Em junho de 2022, foi redigida e postada uma carta aberta assinada por mais de 50 entidades, como sindicatos de professores e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), com o título “Pela revogação da Reforma do Ensino Médio”<sup>42</sup>, deixando claro que muitos indivíduos e instituições não estão satisfeitos com as mudanças que estão sendo implementadas na educação brasileira<sup>43</sup>. Todo esse desagrado se tornou explícito no gigantesco movimento “RevogaNEM”, realizado no dia 15 de março de 2023, quando foram contabilizados protestos contra a reforma em 48 cidades brasileiras, espalhadas por 20 estados da federação, em que milhares de alunos, professores ativistas e membros do movimento estudantil ocuparam as ruas e avenidas de suas cidades, levantando

cartazes e gritando palavras de ordem, sempre em resistência ao Novo Ensino Médio<sup>44</sup>

Em um primeiro momento, essa situação pode parecer contraditória, visto que uma das reclamações mais comuns de estudantes de ensino médio é que eles passam tempo demais estudando assuntos que não irão utilizar no futuro. Logo, uma proposta de modelo que ofereça uma educação mais direcionada e personalizada deveria ter sido melhor aceita pela comunidade estudantil, correto? A resposta não é tão simples assim. Embora o Novo Ensino Médio tenha, teoricamente, uma intenção nobre de tornar o ensino mais atraente, reduzir a evasão escolar e capacitar estudantes para o mercado de trabalho, na prática, isso não tem sido alcançado. A reestruturação acarretou em várias consequências, a maioria delas sendo extremamente negativas. Enquanto no modelo anterior o foco era na interdisciplinaridade e formação de pensamento crítico<sup>45</sup>, agora a proposta é fornecer uma formação mais técnica e direcionada para o mercado de trabalho.

Uma das principais reclamações foi o drástico corte na carga horária de disciplinas voltadas para as quatro áreas do conhecimento (Humanas, Linguagens, Exatas e Natureza). A

<sup>41</sup> **As críticas que levaram governo Lula a suspender cronograma do Novo Ensino Médio.** Disponível em: <https://encurtador.com.br/bdmCD>. Acesso em: 04 mai. 2023.

<sup>42</sup> **CARTA ABERTA PELA REVOGAÇÃO DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO (LEI 13.415/2017).** Disponível em: <https://encurtador.com.br/hltM3>. Acesso em: 11 mai. 2023.

<sup>43</sup> **Carta Aberta pela revogação da Reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/2017).** Disponível em: <https://encurtador.com.br/pyEX1>. Acesso em: 04 mai. 2023.

<sup>44</sup> **Estudantes protestam em 20 estados contra reforma do Ensino Médio.**

Disponível em: <https://encurtador.com.br/bkxBT>. Acesso em: 04 mai. 2023.

<sup>45</sup> **Base Nacional Comum Curricular.** Disponível em: <https://encurtador.com.br/rwxM3>. Acesso em: 11 mai. 2023.

diminuição de 40%<sup>46</sup> desses conteúdos resulta em uma formação acadêmica prejudicada que afeta toda a vida do indivíduo. Segundo o G1<sup>47</sup>, há relatos nas redes sociais de alunos de 3º ano de ensino médio do Estado de São Paulo com apenas duas aulas na semana de português e matemática. Não é preciso dizer que duas aulas semanais dessas disciplinas não são o suficiente para oferecer uma base de conhecimento satisfatória para qualquer aluno, principalmente para aqueles que almejam entrar em uma universidade pública. Com isso, os estudantes do ensino público que desejam ingressar no ensino superior precisam se dedicar mais para alcançar o tão sonhado diploma quando comparados com os alunos de instituições particulares.

Em um país onde mais de 6.5 milhões<sup>48</sup> dos jovens brasileiros estudam em escolas públicas, aqueles que são privilegiados de estudar em colégios particulares podem ter maior facilidade em obter os resultados necessários para aprovação nos vestibulares. O ensino mais robusto e a formação mais direcionada, por si só, já configuram uma grande vantagem, e isso, aliado à reforma, tira a oportunidade do aluno de escola pública disputar, em igualdade, uma vaga pela ampla concorrência, por exemplo.

<sup>46</sup> MEC deve suspender cronograma de implementação do Novo Ensino Médio; entenda o que está em jogo. Disponível em: <https://encurtador.com.br/xDIT2>. Acesso em: 04 mai. 2023.

<sup>47</sup> Novo Ensino Médio: ajustar ou revogar? Entenda em 7 pontos o debate que envolve alunos e MEC. Disponível em: <https://encurtador.com.br/kpCO7>. Acesso em: 11 mai. 2023.

<sup>48</sup> Censo Escolar 2022. Disponível em: <https://encurtador.com.br/uvyDO>. Acesso em: 11 mai. 2023.

Assim, essa nova estrutura do ensino médio amplia a disparidade histórica entre o ensino privado e o público no Brasil, e fortalece o movimento de elitização das universidades públicas.

Se uma das principais preocupações do Novo Ensino Médio é reduzir a evasão escolar, a ampliação da carga horária de 4h para 7h diárias pode, na verdade, aumentar ainda mais o abandono escolar. Segundo a presidente da União Paranaense de Estudantes Secundaristas (UPES), Mariana Chagas<sup>49</sup>, “esse aumento dificulta a vida dos alunos que precisam trabalhar para colocar comida na mesa, o que, por sua vez, aumenta a evasão escolar. Então, entre sobreviver ou ir para a escola, a pessoa vai escolher sobreviver”.

Outra enorme barreira encontrada é que a grande maioria das escolas não possuem infraestrutura para receber essa nova proposta de ensino. De acordo com Priscila Boy<sup>50</sup>, pedagoga e especialista em Novo Ensino Médio, “o grande problema da reforma é que não foi pensado um programa de formação dos professores”. Sendo assim, eles acabam ministrando várias disciplinas sem ter especialização em todas elas, o que prejudica a qualidade da educação oferecida aos

<sup>49</sup> O Novo Ensino Médio provoca defasagem e evasão escolar. Disponível em: <https://encurtador.com.br/svwTX>. Acesso em: 11 mai. 2023.

<sup>50</sup> Novo Ensino Médio tenta responder a mudanças do mundo, mas implementação é incerta. Disponível em: <https://encurtador.com.br/jloFY>. Acesso em: 11 mai. 2023.

estudantes<sup>51</sup>. Nesse cenário, torna-se uma utopia cobrar das instituições públicas uma educação de excelência, uma vez que os responsáveis pelo ensino sequer dominam as disciplinas que lecionam.

---

<sup>51</sup> **Novo Ensino Médio: mudanças, desafios e críticas.** Disponível em: <https://encurtador.com.br/aFKOZ>. Acesso em: 11 mai. 2023.

# Prenda-me se for capaz: As transformações no mercado do trabalho

*Elóra Travezani*

*Maria Luiza Patricio*



O conflito entre gerações e a convivência social. 2011. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/bancoderedacoes/o-conflito-entre-geracoes-e-a-convivencia-social.jhtm>. Acesso em: 06 abr.

*Job Hopping*, termo em inglês que pode ser traduzido literalmente como "saltando de emprego", é uma expressão que vem sendo utilizada para retratar uma tendência crescente entre jovens: mudar com frequência de colocação. A Geração Z, representada pelas pessoas nascidas entre 1990 e 2010, tem apresentado cada vez maior dinamicidade e valorização no mercado de trabalho, o que os faz considerar que a construção de uma longa carreira em um único local seja algo inconciliável com seus objetivos profissionais. A mudança na postura dos jovens, em relação

ao tipo de emprego desejado, mostra como a forma que cada geração se coloca no mercado de trabalho é única e se transforma juntamente com as faces do capitalismo.

A influência das oscilações cíclicas do capitalismo na cultura do trabalho não é um efeito recente, podendo ser visto desde a gênese desse sistema econômico. Nos Anos Dourados, período entre a Segunda Guerra Mundial e a Crise dos anos 1970, por exemplo, o crescimento da economia mundial e o avanço do Estado de Bem Estar Social do pós-guerra em países desenvolvidos levou a uma série de transformações na cultura do trabalho, como o declínio do campesinato, o crescimento do nível de educação e a multiplicação de uma massa de trabalhadores industriais. Essas mudanças foram justamente o que Eric Hobsbawm analisou como transformações sociais e culturais na sociedade da "Era de Ouro", que ocorreram com maior intensidade nos países desenvolvidos, mas que se reverberaram nas nações periféricas.

A geração dos "Baby Boomers", nascidos entre 1940 e 1960, principalmente das nações desenvolvidas, percebiam o trabalho,

sobretudo o emprego fixo, com direitos e benefícios garantidos, como um porto seguro após os mares tempestuosos da economia mundial durante as grandes guerras. Essa característica também perpetuou durante a passagem da geração X, nascidos entre 1960 e 1970, pelo mercado de trabalho, mesmo que esses tenham sido mais “pé no chão” em função das suas expectativas de emprego.

Todavia, durante as décadas de 1970 e 1980, as mudanças no capitalismo e o avanço do neoliberalismo como respostas a mais uma crise capitalista, geraram um cenário inconstante, contribuindo para o aumento do abismo entre gerações. A elevação da capacidade ociosa, o aumento do desemprego, a redução nas taxas de lucro e o processo inflacionário refletiram na corrosão da política keynesiana e no avanço do pensamento neoliberal. Diante disso, se desenvolveu uma reestruturação do processo produtivo (toyotista), em que a flexibilidade passou a orientar tanto a produção quanto o mercado de trabalho. Nos países desenvolvidos, isso representou uma precarização das ocupações, com trabalho sob demanda, menos direitos trabalhistas, trabalho parcial, temporário ou subcontratado. Nos países periféricos, as ocupações precárias se amplificaram.

Tais mudanças econômicas e produtivas refletiram em uma revolução cultural e uma mudança na mentalidade dos que viviam no período. Isso ocorreu principalmente nos países desenvolvidos, fazendo com que o trabalhador procurasse uma jornada mais “flexível” e menos específica.

Nesse período, foi possível observar a queda de um quarto no número total de pessoas empregadas nas manufaturas nos seis velhos países industriais da Europa, entre 1973 e 1980<sup>52</sup>, ao mesmo tempo em que a tecnologia começava a avançar no cenário mundial. Essa geração viveu a era que o neoliberalismo ascendia como engrenagem mundial, com eventos históricos, como o período *Thatcher-Reagan*, a queda do Muro de Berlim e a abertura econômica da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

A ascensão da geração Y, conhecidos como “*millennials*”, nascidos de 1978 ao início dos anos 1990, trouxe uma nova fase ao mercado de trabalho das nações desenvolvidas, já que esses cresceram em contato com as tecnologias da informação e presenciaram a cultura da impermanência e a falta de garantias, em decorrência dos mercados voláteis. É a primeira geração da história a ter maior conhecimento do uso da tecnologia.

A mentalidade dessa nova geração, inserida no mercado de trabalho no início do século XXI, se chocava com a de seus pais. De acordo com Hobsbawm, isso tem relação com os momentos distintos presenciados por essas gerações. Contrastando com os seus pais, que haviam passado por um período de guerras seguido de uma realidade de prosperidade, os jovens criados na bonança da Era de Ouro colocavam em xeque a ideia do trabalho como porto seguro, considerando o emprego como algo que pode ser facilmente obtido e deixado de lado a

<sup>52</sup> Hobsbawm, Eric J., Marcos Santarrita, e Eric J. Hobsbawm. *Era dos extremos: o breve século XX; 1914-1991*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

qualquer hora para passar uns meses no Nepal, por exemplo. A geração Y incorporou o mundo instável aos seus propósitos, e passaram a ser movidos a mudanças constantes, como afirma o CEO Richard Uchoa, da *LEO Learning*, empresa de desenvolvimento corporativo<sup>53</sup>.

Com a chegada da geração Z, nota-se outro choque entre mentalidades. A letra que a define está relacionada ao termo *zapping*, associado a um alto fluxo e constante troca de informações em um reduzido espaço de tempo<sup>54</sup>. Diversos eventos históricos que transformaram o mundo formaram o cenário em que a geração Z nasceu e se desenvolveu: o 11 de Setembro; a crise de 2008; a inexistência quase total de um mundo *off-line*. Diante dos cenários de insegurança, incerteza, desemprego e a visão de mundo imediatista, a Geração Z tornou-se menos idealista e mais pragmática.

Esses indivíduos cresceram já no mundo globalizado, com a tecnologia sendo parte de suas vidas. São marcados por uma vida com excessos, com eventos noticiados em tempo real, e o volume de informações se tornando obsoleto em um curto espaço de tempo. Essa instantaneidade geral estimulou os jovens a desvalorizar as coisas rapidamente<sup>55</sup>. Essa visão

de um mundo pequeno está ligada à nova fase que o capitalismo vive, influenciado pela globalização, em que a prioridade das empresas é a riqueza a curto prazo com o máximo de produtividade.

A absorção das tecnologias na vida cotidiana também fortaleceu o individualismo, característica marcante desse grupo. O mundo globalizado e a internet facilitaram o intercâmbio de informações e a oportunidade de socialização entre pessoas de qualquer ponto do mundo, mas afastou os jovens do contato real e da vida em sociedade. Observa-se essas características expressas na sua inserção no mercado de trabalho, marcada por comportamentos impacientes, diretos, individuais e incontroláveis. Além disso, os profissionais atuais usam a tecnologia como ferramenta para expandir suas possibilidades de carreira ao não ficarem mais limitados ao local físico em que se encontram.

Todas as mudanças apresentadas refletiram em uma geração que troca frequentemente de trabalho, e não se adapta a ambientes autoritários. Dessa forma, os jovens tendem a opções de trabalho que promovam retorno rápido, autogestão e que se encaixam em seu cotidiano dinâmico. Essa realidade produz uma força de trabalho perfeita para o sistema de acumulação flexível, a qual confronta a rigidez do fordismo e abre espaço para o crescimento do trabalho precarizado, de tal forma que as características desses trabalhadores os levam muitas vezes à imersão no empreendedorismo e no trabalho autônomo, principalmente no meio digital e em *home office*. Um levantamento

<sup>53</sup> **Porque parece que os jovens não procuram estabilidade no emprego como antigamente.** Disponível em: <https://www.semprefamilia.com.br/trabalho>. Acesso em: 06 abr. 2023.

<sup>54</sup> **Geração Z no mercado de trabalho.** Disponível em: <https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/62403929/Geracao-Z-no-Mercado-de-Trabalho>. Acesso em: 06. abr. 2023.

<sup>55</sup> **Geração Z no mercado de trabalho.** Disponível em: <https://www.google.com/url?q=https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/62403929/Geracao-Z-no-Mercado-de-Trabalho>. Acesso em: 06 abr. 2023.

realizado pela Globo<sup>56</sup> constatou que 24% dos jovens, de 16 a 30 anos, já têm seu próprio negócio e 60% querem ser empreendedores no futuro.

Com isso, é visível o impacto que as mudanças político-sociais dentro do sistema capitalista têm na sociedade. O mercado de trabalho faz parte desse sistema, bem como os próprios ideais individuais de futuro profissional. As diferentes gerações: *Baby Boomers*, X, Y e Z, e seus constantes choques de ideais no âmbito do trabalho, nos mostram a evolução contínua de um sistema que muitos consideram estático e imutável. A geração que cresce hoje no mundo sempre terá um choque com a geração anterior, e assim será sucessivamente. Entender isso é fundamental para enxergar a mudança do mercado de trabalho não como escolhas “individuais”, mas como um fluxo do sistema capitalista.

---

<sup>56</sup> GERBELLI, Luiz Guilherme. **60% dos jovens com até 30 anos querem ser empreendedores, mostra levantamento.** 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/pme/noticia/2021/06/23/60percent-dos-jovens-com-ate-30-anos-querem-ser-empreendedores-mostra-levantamento.ghtml>. Acesso em: 06 abr. 2023.

# Era uma praia muito engraçada... não tinha ambulante, não tinha nada

*Isabela Ahouagi*

*Matheus Leopoldo*



ARIONAURO CARTUNS. **Charge Segregação**. 2016. Disponível em: <https://shre.ink/OwTd>. Acesso em: 19 maio 2023.

A gestão de Lorenzo Pazolini, atual prefeito da cidade de Vitória, anunciou um plano de investimento de R\$ 1 bilhão no começo de 2022, a ser concretizado até o fim de seu mandato, em 2024<sup>57</sup>. Uma parte relevante desse montante foi destinada a obras na área de infraestrutura, com modificações que planejam transformar locais de convívio popular da capital capixaba, como a Curva da Jurema e a Rua da Lama, em polos gastronômicos. Tais transformações são fundamentadas nos propósitos de embelezamento da cidade e melhora na qualidade de vida da população

<sup>57</sup> **Pazolini planeja investir R\$ 1 bilhão em quatro anos**. Vitória News, 2022. Disponível em: <https://shre.ink/HkD4>. Acesso em: 25 maio 2023.

como um todo; mas seus resultados não são exatamente os promovidos. Com a reestruturação dessas áreas, o acesso pleno tornou-se limitado às parcelas mais abastadas da população, dificultando o uso desses espaços devido ao elevado custo. Estamos, assim, diante de um fenômeno urbano denominado gentrificação.

Esse conceito foi criado e apresentado em 1964 pela socióloga britânica, Ruth Glass, para descrever e analisar transformações observadas em diversos bairros operários de Londres<sup>58</sup>. A gentrificação ocorre quando áreas antes ocupadas por populações de baixa renda e minorias étnicas são revitalizadas e passam a atrair moradores de classes média e alta, resultando em aumento dos preços de imóveis e na expulsão dos moradores originais.

Apesar de sua origem datar um período anterior, o processo de gentrificação nos espaços urbanos se intensificou a partir da década de 1980. Em razão da crise dos anos 1970, o Estado passou a adotar políticas neoliberais, que reconhecem em áreas

<sup>58</sup> ALCÂNTARA, Maurício Fernandes de. 2018. "Gentrificação". In: Enciclopédia de Antropologia. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia. Disponível em: <https://shre.ink/HkaC>. Acesso em: 25 maio 2023.

abandonadas e subvalorizadas a oportunidade de atrair investimento privado, pautadas na lógica de que esse, por meio da geração de empregos e de riqueza, possui a capacidade de gerar o bem-estar social que era antes responsabilidade estatal<sup>59</sup>.

Nessa perspectiva, o importante geógrafo urbano David Harvey sugere, à luz da teoria marxista, que a gentrificação trata-se de um desdobramento do atual estágio do capitalismo – o capitalismo flexível. Este é caracterizado pela abertura de novas esferas de acumulação, sobretudo da acumulação por espoliação, isto é, aquela em que bens e serviços de domínio coletivo são incorporados à esfera de circulação capitalista<sup>60</sup>. Como bem expressou Harvey, “coisas que deveriam ser direitos se tornam mercadorias”.

Ademais, Neil Smith, também geógrafo urbano, aponta que a reestruturação do espaço urbano está diretamente relacionada à reestruturação da economia capitalista. Smith explica que o acentuamento da gentrificação coincide com épocas em que os mercados estão inundados de liquidez e enfrentando problemas de acumulação no processo de produção. Na concepção do geógrafo, as crises inerentes ao capitalismo somente são superadas devido à

possibilidade de canalização do investimento para setores além do produtivo; dentre eles, o imobiliário.

Segundo a mestre em geografia, Juliana Santos Ramosi<sup>61</sup>, consegue-se ver fragmentos deste fenômeno no Brasil após a Proclamação da República. Na tentativa de romper politicamente com a percepção nacional e internacional de espaço colonizado, “atrasado” em relação à Europa, o Estado brasileiro criou uma política pública urbana de acordo com a *belle époque*. Dessa forma, o centro da cidade do Rio de Janeiro foi remodelado inspirado na disposição urbana parisiense.

Neste caso, a população mais influente do antigo bairro de São Cristovão, e arredores, migrou para bairros da região sul do Rio de Janeiro, como Botafogo, Glória, Urca, Flamengo e Copacabana. Nesse sentido, o governo não mediu esforços em obras voltadas para a urbanização, paisagismo e infraestrutura nestas localidades. Dessa forma, acarretando em uma valorização imobiliária, atraindo famílias com alto poder aquisitivo e expulsando a população que ocupava aquelas terras de forma.

Para entendermos a atualidade dessa elitização dos espaços públicos, pode se observar o ocorrido na Curva da Jurema, uma praia de Vitória<sup>62</sup>. Após os quiosques passarem por

<sup>59</sup> MENDES, Luís. Gentrificação e políticas de reabilitação urbana em Portugal: uma análise crítica à luz da tese rent gap de Neil Smith. *Cadernos Metrópole*, v. 16, p. 487-511, 2014. Disponível em: <https://shre.ink/OwTi>. Acesso em: 20 maio 2023.

<sup>60</sup> RODRIGUES, Alexandra Arnold; DE FARIA, José Henrique. **Desenvolvimento territorial e gentrificação: reflexões sobre governança urbana e critérios de justiça**. Disponível em: <https://shre.ink/Qw6n>. Acesso em: 20 maio 2023.

<sup>61</sup> RAMOSI, Juliana Santos. A Gentrificação no Rio de Janeiro e as consequências nas periferias. *GeoPUC – Revista da Pós-Graduação em Geografia da PUC-Rio Rio de Janeiro*, v. 12, n. 23, p. 188-199, 2019. Disponível em: <https://shre.ink/OwKf>. Acesso em: 19 maio 2023.

<sup>62</sup> Limitação de área para ambulantes em praia de Vitória causa polêmica: 'E os pobres, onde ficam?'. G1, 2023. Disponível em: <https://shre.ink/HdJr>. Acesso em: 23 maio 2023.

obras de revitalização, a prefeitura da cidade emitiu um aviso aos ambulantes que trabalham na área, delimitando o espaço em que estes poderiam atuar a partir do dia 11 de janeiro de 2023. Agora, os vendedores só estariam livres para comercializar suas mercadorias a uma distância de 200 metros dos quiosques. Em resposta à medida – que, felizmente, foi revogada – Carmelita Mendes, uma das ambulantes que atuam na Curva da Jurema, expressou sua indignação em entrevista concedida à Gazeta: “A gente investe em mercadoria, daqui que a gente tira o nosso sustento. Do que que a gente vai viver? Disse que aqui agora virou área gourmet. Área gourmet só dos ricos, e os pobres, onde ficam?”.

Ainda sobre as obras na Curva da Jurema, o professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Kleber Frizzera, aponta haver um esforço para alterar o público que frequenta a área<sup>63</sup>. Nas palavras do próprio professor, “o comprador do imóvel não vai querer que ao lado tenha uma praia popular”. Segundo ele, a elevação dos preços de consumo na Curva da Jurema implica na expulsão das pessoas, ou pelo preço ou por certas imposições, como a realizada pela prefeitura de Vitória.

Independente da distância temporal e geográfica, algo em comum, que atua como fator-chave para a concretização do processo

de “enobrecimento” dos espaços urbanos, é perceptível em ambos os exemplos mencionados: a mobilização financeira do Estado. Ainda que visem a valorização da imagem da cidade, a geração de emprego e o crescimento econômico, tais modificações nos espaços urbanos não deixam de funcionar como mecanismo de mobilização de grandes investimentos públicos. Assim, funcionando como subsídios a agentes economicamente favorecidos – empresas do ramo de construção civil, por exemplo –, esses refletem a já mencionada reorientação no papel do Estado que, se teve algum foco no bem-estar da população em alguns países, hoje centra nitidamente suas ações no bem-estar das corporações capitalistas.

Isto significa que, apesar dessas intervenções públicas virem acompanhadas de palavras que embelezam e mascaram os interesses por trás delas, como “reurbanização” ou “revitalização”, estas representam os interesses de uma parcela restrita e privilegiada da sociedade. Assim, enquanto uma parte da população goza das regalias da especulação imobiliária e de espaços de maior qualidade, a outra é praticamente expulsa das regiões reformadas, impossibilitada de arcar com a elevação dos custos de vida, e lançada à marginalização socioeconômica das periferias, num processo que Smith denomina de “filtragem social”.

Sendo assim, podemos apontar a gentrificação como manifestação da luta de classes: de um lado, os mais ricos, cujos interesses são representados pelo Estado, uma vez que este é, justamente, composto pela burguesia; do outro,

<sup>63</sup> **Gentrificação na Curva da Jurema: ‘A elite não pode ter vista para os pobres’**. Século Diário, 2022. Disponível em: <https://shre.ink/HUC0>. Acesso em: 02 jun. 2023.

os mais pobres, excluídos do convívio social, impedidos de trabalhar de forma de digna e tendo seus direitos constitucionais, como o acesso à moradia e ao lazer, negados. Estar ciente do processo de gentrificação e entender o que acontece nos "bastidores" das obras de revitalização, por exemplo, pode nos ajudar a perceber que tais modificações estão, na verdade, relacionadas a algo muito maior, movido pelas necessidades do capital e pelo interesse daqueles que o possuem, configurando um mecanismo de alargamento do fosso socioeconômico na sociedade neoliberal hodierna. Assim, torna-se de extrema importância que estejamos atentos e denunciemos essas políticas discriminatórias e as tentativas de se transformar os espaços urbanos em arenas de segregação, uma grande Alphaville<sup>64</sup>, pois, como bem expresso por Harvey, “as cidades são para as pessoas, não para o capital”

---

<sup>64</sup> Alphaville é o nome recebido por bairros nobres, presentes em diversas cidades brasileiras, conhecidos por seus condomínios de alto padrão e custo.

# Neymar, Cristiano Ronaldo e o *sportswashing*

*Breno Liebbmann Vervloet*

*Diogo Schiavinatto*



Duke. **Charge do Duke: Neymar ainda mais milionário no Al Hilal da Arábia Saudita.** Disponível em: [bit.ly/3O0TR8n](https://bit.ly/3O0TR8n). Acesso em: 22 ago. 2023.

No dia 19 de agosto de 2023, o jogador brasileiro Neymar Jr, aquele que veste a camisa 10 da seleção brasileira, foi apresentado como reforço do Al-Hilal, time da primeira divisão de futebol da Arábia Saudita<sup>65</sup>. A ida do jogador brasileiro para o futebol árabe, menos competitivo em relação às ligas europeias, foi um fato surpreendente devido a sua idade (31 anos) e também por ser o principal jogador de uma das maiores seleções do mundo. De acordo com diversos especialistas no assunto, e inclusive o narrador Galvão Bueno<sup>66</sup>, Neymar

<sup>65</sup> Neymar é apresentado no Al-Hilal com festa em estádio na Arábia Saudita: "Estou impressionado". Disponível em: [bit.ly/44k8AxU](https://bit.ly/44k8AxU). Acesso em: 22 ago. 2023.

<sup>66</sup> Galvão lamenta ida de Neymar ao Al-Hilal: 'Futebol pra continuar na Europa' Disponível em: [bit.ly/3R1A9J3](https://bit.ly/3R1A9J3). Acesso em: 30 ago. 2023.

tem habilidade suficiente para continuar na Europa, palco dos melhores times da atualidade, e conseqüentemente, do futebol mais competitivo. Entretanto, ainda assim escolheu a ida para o Oriente Médio como o futuro de sua carreira. Muito se especula sobre os motivos da ida do camisa dez para o novo clube, todavia, um fator é bem relevante nessa negociação: o dinheiro!

Segundo o jornal O Globo, Neymar vai receber o terceiro maior salário do ramo futebolístico do mundo<sup>67</sup>, cerca de 430 milhões de reais por ano, o que equivale a R\$35,8 milhões por mês ou R\$1,19 milhão por dia, fora os bônus contidos no contrato, como 500 mil reais a cada postagem divulgando a liga de futebol saudita em suas redes sociais. Esses valores assustam, principalmente por se tratar de um país que, até então, não tinha muita tradição no esporte referido. Mas para quem não está acompanhando o noticiário esportivo nos últimos tempos, Neymar não foi a única grande estrela do futebol mundial que se mudou para as terras do Oriente Médio.

<sup>67</sup> Acertado com Al-Hilal, Neymar vai ganhar mais de R\$ 1 milhão por dia no clube saudita. Disponível em: [glo.bo/3E5a9oL](https://glo.bo/3E5a9oL). Acesso em: 22 ago. 2023.

Quando o astro português Cristiano Ronaldo, no final do ano de 2022, trocou a Inglaterra pela Arábia Saudita e se tornou o jogador mais bem pago do mundo, os clubes árabes abriram o cofre para fazer ofertas milionárias e pra lá de tentadoras para jogadores de primeira linha do esporte referido<sup>68</sup>. Não é a intenção dos autores questionar a decisão do atleta, mas sim, refletir sobre o nível dos investimentos nos esportes por parte do mundo árabe na atualidade.

Em junho de 2023, o Fundo de Investimento Público da Arábia Saudita (FIB), realizou a compra de quatro grandes clubes do país: Al Nassr, Al Ittihad, Al Hilal e Al Ahli. São esses os mesmos clubes que estão sendo responsáveis por essas contratações de grande porte e juntos esses clubes tem 39 títulos do campeonato saudita, que está em sua 48ª edição.

O dinheiro gasto para compra dos clubes veio principalmente do petróleo extraído pelos árabes. Entretanto, o príncipe herdeiro e governante da Arábia Saudita, Mohammed bin Salman, está empenhado na diversificação da economia do país e em livrar a nação saudita de uma visão de violação dos Direitos Humanos.

Nesse sentido, o esporte seria uma forma de limpar as notícias ruins do país, deixando a impressão que lá, na verdade, é a terra onde Cristiano Ronaldo e Neymar Jr jogam, ou talvez seja melhor utilizarmos o termo em inglês: *sportswashing*.

O termo é a junção das palavras em inglês: esporte e lavagem. Criado por organizações de direitos humanos, refere-se à prática de usar o esporte para limpar uma reputação, seja de uma pessoa ou até de um país mal visto pela sociedade.

Não é a primeira vez que um país do Oriente Médio é acusado de *sportswashing*, visto que o Catar sofreu essas acusações quando sediou a Copa do Mundo de 2022. A grande diferença é que a Arábia Saudita está criando uma base para seu esporte contratando diferentes jogadores para atuar em seu território, enquanto o seu vizinho escolheu sediar um grande evento para melhorar a sua imagem com o restante do mundo.

A justificativa do governo saudita é popularizar o esporte em seu país, que está enfrentando um rejuvenescimento de sua população. Todavia, segundo o historiador e professor de Política Internacional, Filipe Figueiredo, a justificativa é balela<sup>69</sup>. Esse discurso já era utilizado na década de 1980, que culminou na participação do país na Copa do Mundo de 1994.

Sendo os clubes movidos com dinheiro público, e o histórico da Arábia Saudita em desrespeito aos direitos humanos, não é incomum associarmos essa prática ao chamado *soft power*, conceito criado por Joseph Nye que é definido pelo uso da diplomacia em seus diversos

<sup>68</sup> Quem são os jogadores que trocaram a Europa pela Arábia Saudita? Quem rejeitou? Veja. Disponível em: [bit.ly/3sdSp7I](https://bit.ly/3sdSp7I). Acesso em: 22 ago. 2023.

<sup>69</sup> Golfe, Cristiano Ronaldo, Benzema e direitos humanos na Arábia Saudita. Disponível em: [bit.ly/3soGp3z](https://bit.ly/3soGp3z). Acesso em: 22 ago. 2023.

formatos para influenciar a comunidade internacional<sup>70</sup>.

O uso desse instrumento por parte do país saudita tem entregado resultados financeiramente positivos: o valor da indústria de eventos esportivos na Arábia Saudita passou de US\$2,1 bilhões para uma estimativa de US\$3,3 bilhões em 2024, com um crescimento médio de 8% ao ano<sup>71</sup>.

A estratégia árabe não se concentra apenas no futebol; é possível ver uma forte participação em outros esportes como o golfe, a Fórmula 1, lutas de boxe, jogos eletrônicos e até possíveis negociações para atrair torneios de tênis. Hoje, visam ser o país sede da Copa do Mundo de 2030, algo cujo resultado será conhecido apenas em algum momento do ano que vem<sup>72</sup>.

Os dividendos políticos do *sportwashing* já estão sendo colhidos, o que pode ser evidenciado com a escolha da Arábia Saudita, por parte da Federação Internacional de Futebol (FIFA), como país sede do Mundial de Clubes de 2025 e da Supercopa da Ásia de 2027.<sup>73</sup> Ademais, ganhou uma vaga no Conselho de Administração da FIFA, algo que representa

prestígio e ganho de poder dentro da entidade<sup>74</sup>.

Como diz o jornalista Irlan Simões, pesquisador do esporte: “Eles não vão se preocupar se o país é mais aberto em relação aos direitos da população LGBTQIAPN+, não vão se preocupar se o país ataca muçulmanos, com nada disso. O certo é que a FIFA faz de tudo para garantir que não existam manifestações políticas nas suas competições. A ideia é blindar o negócio futebol desse tipo de manifestação política e não reconhecê-las como legítimas”.

O *sportwashing* não é exclusividade dos países árabes e tampouco é algo novo. Os primeiros relatos da utilização desse conceito remontam ao período das duas grandes guerras mundiais, com a Copa do Mundo de futebol na Itália em 1934 e os Jogos Olímpicos na Alemanha em 1936. No primeiro caso, o objetivo era divulgar propaganda favorável a Benito Mussolini, ditador fascista que governava a Itália naquele período. Já no segundo caso, serviu para fortalecer a narrativa interna e mostrar pela televisão uma suposta boa imagem da Alemanha, tendo, inclusive, o abominável ditador Adolf Hitler discursando na abertura, um fato deliberadamente omitido pelo site das Olimpíadas<sup>75</sup>.

Inclusive o próprio governo ditatorial brasileiro utilizou da famosa seleção tricampeã mundial

<sup>70</sup> **O que é soft power: entenda conceito essencial das relações internacionais hoje em dia.** Disponível em: <https://bit.ly/44qscOL>. Acesso em 22.ago. 2023.

<sup>71</sup> **Money talks: how Saudi Arabia's soft power project is shaking up sport.** Disponível em: <https://bit.ly/3E8Qfct>. Acesso em 21. ago. 2023.

<sup>72</sup> **The Economist: entenda motivos da Arábia Saudita gastar fortuna no esporte.** Disponível em: <https://bit.ly/3stdIGA>. Acesso em 21.ago.2023.

<sup>73</sup> **Com influencia crescente no futebol, Arábia Saudita sediará Mundial de Clubes 2023 em dezembro.** Disponível em: <https://bit.ly/3OPIMVF>. Acesso em 22. ago. 2023.

<sup>74</sup> **Arábia Saudita ganha assento no conselho da Fifa e aumenta influencia no futebol. entenda.** Disponível em: <https://bit.ly/45Kd9Ti>. Acesso em 21. ago. 2023.

<sup>75</sup> **Sportwashing: entenda o conceito por trás da compra do Newcastle.** Disponível em: <https://bit.ly/3stO1BR>. Acesso em 23. ago. 2023.

em 1970, com um instrumento de mascarar o endurecimento da repressão em seu início. Fazendo uma campanha ufanista para fazer com que o próprio povo brasileiro melhorasse sua visão sobre a ditadura ali imposta.<sup>76</sup>

Quando falamos sobre esportes no Catar e na Arábia Saudita, o termo *sportwashing* é comum nos noticiários esportivos. Porém, a Copa do Mundo Feminina na Austrália (2023), país que foi acusado pelo Alto Comissariado da ONU para refugiados, Filippo Grandi, de prática desumana com os imigrantes<sup>77</sup>. Além disso, a Austrália é o único país daqueles comandados pela coroa britânica cuja constituição não reconhece os povos indígenas. Não é difícil concluir a partir disso que as críticas sobre as práticas de *sportwashing* tem uma visão orientalista.

Como exposto em todo o texto, a utilização do esporte como uma forma de propaganda não é recente, em diversos momentos da história e em diversas localidades isso ocorreu. E a existência de um preconceito velado contra países orientais quando se trata do tema referido. Entretanto, temos que destacar que a entidade máxima do futebol, a FIFA, está desconsiderando tais atitudes de todos esses países. Principalmente quando escolheu sediar duas copas seguidas em países que proíbem a presença de pessoas LGBTQIAPN+.

---

<sup>76</sup> A seleção que 'presenteou' a ditadura com uma taça. Disponível em: [bit.ly/3sybyl1](https://bit.ly/3sybyl1). Acesso em: 30 ago. 2023.

<sup>77</sup> A Austrália fez 'sportwashing' ao sediar a Copa do Mundo?. Disponível em: [bit.ly/45CvnWt](https://bit.ly/45CvnWt). Acesso em: 22 ago. 2023.

# Década de 1990: políticas neoliberais e a economia brasileira <sup>78</sup>

---

*Bruna Cavati Rossi* <sup>79</sup>

## RESUMO

A década de 1990 foi marcada pela adoção de políticas de caráter neoliberal em diversos países, incluindo o Brasil. Assim, este artigo buscou explicar algumas das principais medidas governamentais, com orientação neoliberal, que foram adotadas na época: aberturas comercial e financeira, privatizações e Plano Real. O objetivo foi realizar apontamentos iniciais no sentido de entender se essas práticas, com base no que havia sido preconizado pelo Consenso de Washington, favoreciam, ou não, o desenvolvimento econômico brasileiro. Com isso, foi possível inferir que houve, na verdade, aumento da vulnerabilidade externa e redução da dinamicidade interna.

**PALAVRAS-CHAVE:** Neoliberalismo; Consenso de Washington; Abertura comercial; Abertura financeira; Privatizações; Plano Real.

## 1. INTRODUÇÃO

A economia brasileira alcançou, ao final da década de 1970, um padrão de industrialização nos moldes da II Revolução Industrial, o que se deu, sobretudo, devido às políticas desenvolvimentistas (1930-1980). Estas, segundo Fonseca (2017), estiveram em diversos países da América Latina, incluindo o Brasil, cujas características centrais foram: planejamento estatal, industrialização e intervencionismo pró-crescimento. A percepção era que a atuação estatal seria importante para gerar o desenvolvimento nacional por meio da industrialização. Para isso, a lógica de industrialização no Brasil esteve centrada no Processo de Substituição de Importações (PSI), estimulando o mercado doméstico, com a proposta de reduzir os vazios da estrutura produtiva e conformar um sistema econômico nacional.

---

<sup>78</sup> Este artigo foi produzido inicialmente para a disciplina de Economia Brasileira Contemporânea, do curso de Ciências Econômicas da Ufes, como requisito parcial de avaliação.

<sup>79</sup> Graduanda em Ciências Econômicas na Ufes, petiana egressa do PET-Economia/Ufes, bolsista CNPQ de Iniciação Científica, integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa em Conjuntura Econômica da Ufes e do Grupo de Estudos sobre Mulheres, Trabalho e Sindicalismo. E-mail: bcavati6@gmail.com.

Entretanto, com a crise dos anos 1970, o cenário internacional favorável, com expansão de liquidez e baixas taxas de juros, começava a se reverter. No âmbito econômico<sup>80</sup>, segundo Tavares (1997), figurou-se o desmantelamento do Acordo de Bretton Woods, culminando na elevação das taxas de juros norte-americanas em 1979, caracterizando a diplomacia do dólar forte. Com isso, dada a inserção do Brasil na economia mundial, a alteração na conjuntura externa desdobrou-se em consequências diversas para economia nacional. Com a elevação das taxas de juros norte-americanas, a dívida externa brasileira tomada a juros variáveis atingiu patamares nunca antes observados, sendo um dos fatores que contribuiu para a década perdida. Na década de 1980, combinou-se a explosão da dívida externa com a elevação da dívida interna, culminando na crise fiscal-financeira do Estado, além do baixo crescimento e da aceleração inflacionária (REGO & MARQUES, 2018).

O receio de uma moratória global levou os países centrais a se organizarem. Com isso, em novembro de 1989, realizou-se nos Estados Unidos (EUA) o Consenso de Washington. De acordo com Batista (2009), este encontro reuniu instituições financeiras internacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), além de representantes dos governos de diversos países, sejam credores (EUA, Europa e Japão) sejam devedores (América Latina). A proposta da reunião era legitimar práticas neoliberais a serem adotadas pelos Estados endividados, o que influenciou as políticas econômicas dos países latino-americanos na década de 1990. A justificativa era de que as políticas keynesianas, com a maior atuação do Estado na economia, haviam sido responsáveis pela crise dos anos 1970. A adesão aos preceitos neoliberais relacionou-se, em parte, à distensão da Guerra Fria, com o colapso do socialismo, e ao endividamento externo dos países, que acabaram ficando sem outras opções para renegociar suas dívidas.

Entre as determinações do encontro, preconizou-se a mudança do papel desempenhado pelo Estado, pois este era percebido como ineficiente até mesmo para gerir suas políticas macroeconômicas. Deveria estimular as privatizações e realizar a abertura comercial pautando-se na lógica das vantagens comparativas, e financeira, em que o equilíbrio no balanço de pagamentos se faria por via monetária. A tributação deveria ser regressiva, a propriedade intelectual preservada e a política econômica dos Estados deveria voltar-se para assegurar a estabilidade econômica via preços. Defendia-se que os países latino-americanos só cresceriam via exportações.

Na década de 1980, o Brasil conseguiu postergar a adoção dessas práticas devido sua industrialização, que permitiu gerar superávits comerciais. Contudo, com o fracasso do Plano

---

<sup>80</sup> Vale ressaltar que a dimensão econômica foi apenas uma das que se manifestou na crise dos anos 1970, com outras dimensões também presentes, como social/cultural, política/ideológica e financeira.

Collor<sup>81</sup>, passou a adotar-se diversos postulados do Consenso de Washington. Nesse sentido, busca-se compreender quais os efeitos da implementação das políticas neoliberais na economia brasileira durante a década de 1990, visando compreender se, de fato, favoreciam, ou não, o desenvolvimento nacional. Assim, subdivide-se este trabalho em três seções, para além desta introdução e das considerações finais, com a explanação dos processos de abertura comercial e financeira, das privatizações e o Plano Real.

## 2. BRASIL ESCANCARADO: ABERTURAS COMERCIAL E FINANCEIRA

A industrialização por substituição de importações realizada no Brasil buscou reduzir os vazios da estrutura produtiva nacional, conseguindo alcançar, em finais da década de 1970, o padrão da II Revolução Industrial. Contudo, o II Plano Nacional de Desenvolvimento — II PND (1975-79), que alterou a estrutura produtiva brasileira via empresas públicas, foi financiado, sobretudo, com capital de empréstimo externo, em que ocorreu um processo de estatização da dívida, adquirida a juros variáveis (CRUZ, 1995). Logo, com o choque dos juros em 1979, a dívida externa brasileira cresceu de forma expressiva, gerando desequilíbrios no balanço de pagamentos. A tese que passou a ser defendida por organismos internacionais era de que a causa estaria no controle estatal, em que a abertura (comercial e financeira) iria não só equilibrar o balanço de pagamentos, como também modernizar a estrutura produtiva por meio da concorrência.

Na orientação da política econômica, Fernando Collor<sup>82</sup> afirmava que o Brasil deveria ter acesso a produtos mais modernos, independente da origem (nacionais ou estrangeiros). Era o início da dominância da lógica micro, maximização do lucro, sem a preocupação de estabelecer um sistema econômico nacional. Assim, foi a partir de seu governo que se estimulou a abertura comercial, com destaque para a redução tarifária, a qual foi extremamente rápida, alcançando o máximo que foi planejado já em 1994.

O Brasil não atingiu os padrões da III Revolução Industrial, logo, a indústria nacional, sobretudo a voltada ao mercado interno, não tinha condições de competir com a produção estrangeira. Em 1995, favorecido pelo câmbio valorizado devido ao Plano Real, elevou-se de forma ainda mais expressiva as importações, gerando déficits no saldo comercial e ampliando o déficit em transações correntes (BACEN, apud BELLUZZO & ALMEIDA, 2002, p. 367). A indústria nacional, de fato, obteve um ganho de produtividade, porém, conforme Kupfer (2003), isso não se deu pelo

---

<sup>81</sup> Elaborado em 1990, no governo de Fernando Collor, o objetivo era combater a aceleração inflacionária. O diagnóstico era de uma inflação ocasionada pela elevação da riqueza financeira em relação à riqueza real, propondo-se um enxugamento de liquidez, além do congelamento de preços. Esses fatores, associados à recessão de 1990, conduziram à redução da inflação, porém, com elevados custos sociais. Isso fez o governo abandonar essas medidas e adotar práticas ortodoxas a partir de 1991.

<sup>82</sup> Seu governo foi de março de 1990 a dezembro de 1992.

estímulo da concorrência, mas sim porque era barato importar máquinas e equipamentos. Os ganhos em produtividade reafirmaram a dependência tecnológica com os países centrais.

Soma-se a isso a mudança patrimonial verificada durante as privatizações. A primeira metade da década de 1990 caracterizou-se pela desestatização, transferindo ao capital privado nacional a propriedade dos ativos que eram do Estado. Já a segunda metade da década foi marcada pelo maior ingresso do capital estrangeiro, em um processo de desnacionalização (KUPFER, 2003). Tal fato só foi possível com abertura financeira realizada por Fernando Henrique Cardoso<sup>83</sup> (FHC<sup>84</sup>), em que afirmava-se que o déficit comercial seria compensado pela entrada de capital estrangeiro, permitindo ao Brasil acessar os fluxos de crédito internacional, equilibrando o balanço de pagamentos. Com isso, ao incentivar o capital de curto prazo, que demandava taxas de juros elevadas, o Brasil tornou-se mais vulnerável aos movimentos especulativos, segundo Batista Jr. (2002).

Para mais, o Investimentos Direto Estrangeiro (IDE), facilitado pela abertura da conta de capitais, teve poucos impactos na estrutura produtiva nacional, visto que era voltado a fusões/aquisições. Além disso, o IDE também esteve presente no sistema bancário-financeiro nacional, em que se estimulou a concentração bancária, pautando-se na ideia de que haveria economias de escala e que isso acarretaria em reduções nas taxas de juros. Assim, no governo de FHC, devido ao risco de uma crise bancária em virtude da perda das receitas inflacionárias, realizou-se o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer). Conforme Corazza (2000), o programa visava sanear o balanço dessas instituições, promovendo incentivos para fusões e aquisições; dificultou a criação de novas agências e promoveu maior intervenção do Banco Central. Além disso, também incentivou a entrada do capital estrangeiro.

Assim, os principais efeitos da abertura comercial e financeira sobre a economia brasileira, especialmente após o Plano Real, acabaram por ser um aumento na vulnerabilidade externa. “[...] [Esta] decorre basicamente de três fatores: o elevado déficit em conta corrente, a excessiva abertura da conta de capitais e a insuficiência das reservas internacionais do país.” (BATISTA JR, 2002, p. 175). Logo, gerou-se maiores desequilíbrios no balanço de pagamentos: déficit no saldo comercial; elevação nas despesas com juros pela entrada do capital de curto prazo; aumento na remessa de lucros devido a internacionalização que a abertura promoveu; crescimento da dívida externa; além das crises que ocorreram em outros países periféricos, elevando a saída de divisas internacionais.

### **3. PRIVATIZAÇÕES: DESESTATIZAÇÃO E DESNACIONALIZAÇÃO**

---

<sup>83</sup> Seu primeiro mandato presidencial foi de 1995-1998 e o segundo mandato de 1999-2003.

<sup>84</sup> Irá se utilizar FHC no restante do trabalho para se referir ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

Entre as medidas incentivadas no Consenso de Washington estavam as privatizações, com a percepção de que o Estado era ineficiente. Com isso, segundo Landi (2012), houve uma alteração no papel do Estado, deixando de ser desenvolvimentista/burocrático e passando a atuar como regulador/fiscalizador. O processo de privatização consiste na alienação da propriedade do Estado para o capital privado, seja nacional ou estrangeiro. O objetivo seria promover a modernização da estrutura produtiva, com a justificativa de gerar um saneamento fiscal e financeiro do Estado, de modo a reduzir o endividamento público e elevar gastos sociais. No caso brasileiro, as privatizações foram marcadas por duas fases: desestatização, nos governos Collor e Itamar Franco<sup>85</sup>, e desnacionalização nos dois governos de FHC.

As privatizações foram pautadas no Programa Nacional de Desestatização (1990), que nos governos Collor e Itamar contaram com atuação expressiva do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), marcadas pela venda de empresas industriais/produativas, tendo início com a Usiminas em 1991. Nesse período, havia entraves jurídico-legais que impediam a alienação de empresas de outros setores, como de monopólio natural e ativos estratégicos, o que fez prevalecer a venda de empresas siderúrgicas e petroquímicas. Para mais, também havia barreiras que impediam o maior ingresso do capital estrangeiro, prevalecendo o capital privado nacional, caracterizando a desestatização.

Uma das propostas do governo Collor era realizar as privatizações com uso dos certificados de privatização, os quais seriam vendidos compulsoriamente ao sistema financeiro. Buscava-se fazer com que o processo de privatizações fosse intermediado pelas instituições financeiras, sendo uma forma de antecipação de receita ao governo. No entanto, a ausência de um cronograma de privatizações gerou relutância por parte do sistema financeiro, o que conduziu a aceitação de outras moedas, que não correntes, para compra das estatais. Inclusive, fez-se uso das chamadas moedas podres — títulos que basicamente não tinham valor, o que acabou servindo como uma forma de sanear o balanço das empresas. Com isso, essa primeira fase foi, em grande medida, frustrada, em que as receitas alcançaram somente 11,2% do total entre 1990 e 2002 (DIESP; BNDES, apud LANDI, 2012, p. 143). No governo Itamar, até foi proposto usar parte dos recursos das privatizações para implementar alguma política industrial, mas a ideia não foi adiante.

Tal como já foi destacado, o objetivo da privatização acabou se limitando a ser um ajuste fiscal (troca patrimonial) de curto prazo associado a um discurso neoliberal de modernização da economia, tendo sido excluída e/ou abandonada a perspectiva de sua relação com uma política industrial e de crescimento. (LANDI, 2012, p. 153)

Nos dois governos de FHC o resultado não foi diferente, porém, o processo foi ainda mais incentivado e passou a ser uma forma de internacionalização do capital. Houve redução na

---

<sup>85</sup> Ele assumiu a presidência após a renúncia de Fernando Collor, com mandato de dezembro de 1992 a janeiro de 1995.

participação do BNDES e elevou-se o papel do poder executivo. Além disso, em consonância com a abertura financeira, foi possível aumentar a entrada do capital estrangeiro, que além de poder comprar até 100% das ações de uma empresa, estaria em condições iguais ao capital privado nacional, podendo até mesmo tomar empréstimos junto ao BNDES. Além disso, retiraram-se entraves para privatização de outros setores, em que destacaram-se as privatizações no setor elétrico e de telecomunicações.

Entre as moedas utilizadas, foi principalmente a corrente, com a permissão de uso de títulos da dívida externa. Além disso, em casos específicos, como na privatização da Petrobrás, permitiu-se o uso de moedas sociais, em que trabalhadores puderam acessar recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e comprar ações. Dos compradores, a maior parte foram investidores estrangeiros seguidos por empresas nacionais, o que marcou o processo de desnacionalização, com base em Landi (2012). Este foi um amplo processo de privatização, com uma receita de mais de R\$105 bilhões entre 1990-2002 (DIESP; BNDES, apud LANDI, 2012, p. 143). Mesmo assim, algumas empresas foram vendidas a preços irrisórios, como a Vale que no ano seguinte à sua privatização já obteve um lucro maior do que o valor de sua venda. Para mais, foram criadas agências reguladoras, cujo objetivo seria, por exemplo, a regulação da qualidade e de preços, haja vista que setores essenciais e de monopólios naturais passaram a estar em posse do capital privado.

#### **4. PLANO REAL: A PERSISTÊNCIA DAS CARACTERÍSTICAS DOS ANOS 1980**

O Plano Real foi um plano de combate inflacionário iniciado no governo Itamar, em que na equipe econômica FHC era o Ministro da Fazenda. Segundo Belluzzo & Almeida (2002), a proposta era ser um plano gradualista e que buscasse retomar as funções da moeda de unidade de conta e reserva de valor. Assim, a ideia era recuperar a credibilidade da moeda nacional mediante seu valor externo, nesse caso em relação ao dólar. Com isso, a âncora cambial, no sistema de bandas cambiais curtas, foi o principal instrumento adotado.

Houveram três fases de implementação do plano, ainda no governo Itamar, e que duraram aproximadamente um ano. A primeira etapa, iniciada em junho de 1993, foi o Plano de Ação Imediata (PAI), cujo objetivo era combater a inflação de demanda e promover um saneamento fiscal e financeiro do Estado. Com isso, se estabeleceu uma redução no orçamento previsto para 1994, com a desvinculação de receitas em 20%, advindo principalmente do Fundo Social de Emergência. Estimulou-se as privatizações e, em 1993, obteve-se um superávit primário e operacional, além de que a dívida líquida e mobiliária estavam relativamente baixas. Contudo, no decorrer do plano a preocupação em equilibrar as finanças públicas não foi seguida, conforme Belluzzo & Almeida (2002), e os cortes afetaram, sobretudo, as políticas públicas.

A segunda fase, em março de 1994, ocorreu com a criação da Unidade Real de Valor (URV), que não era uma moeda, como previa a Proposta Larida que influenciou no Plano Real, mas que funcionava como uma unidade de referência. A URV era calculada por meio da média de três indicadores de inflação<sup>86</sup>, sendo deflacionada diariamente. A proposta era que seu valor se aproximasse do dólar, de modo a ser mais estável. Assim, estimulava-se que a população expressasse os preços em URV, além de em cruzeiro real (moeda da época), de modo que houvesse uma coordenação das expectativas. Logo, o primeiro preço convertido em URV foram os salários<sup>87</sup>, com um ganho real no início do Plano Real. Por fim, a terceira etapa, em julho de 1994, veio com a implantação do Real, em que CR\$2.750,00 equivaliam a R\$1,00 e que era igual a US\$1,00.

Assim, a âncora cambial foi o principal instrumento do Plano Real, mas para que pudesse funcionar, algumas heranças do governo Collor foram cruciais. A recessão de 1990, com queda do PIB em 5,1% foi superada efetivamente só em 1993 (IBGE, apud BELLUZZO & ALMEIDA, 2002, p. 381), o que levou à redução da renda, logo, diminuiu as importações. Além disso, com a boa safra agrícola em 1992, passou a se ter um aumento na entrada de divisas estrangeiras, fatores que melhoraram o resultado do saldo comercial e permitiram a ampliação na acumulação de reservas internacionais. Com o ajuste fiscal e o processo de privatizações, conseguiu-se reduzir a dívida líquida.

Com isso, fez-se uso de um câmbio semifixo e valorizado, dentro do sistema de bandas cambiais curtas, o que já era uma medida historicamente adotada por outras nações no combate à hiperinflação. A proposta era manter o valor da moeda doméstica próxima ao valor de uma moeda estrangeira que oscilasse pouco (nesse caso o dólar), de modo a alcançar a Lei do Preço Único, em que não só os preços, mas também as taxas de juros, aproximariam-se dos praticados no comércio internacional. Além disso, acreditava-se que o déficit em transações correntes, devido a valorização cambial, seria compensado pela entrada de capital e que, além de impedir a elevação dos preços pelos produtores domésticos, levaria a um aumento na competitividade devido à concorrência, o que estava diretamente vinculado à ideia liberal do Consenso de Washington de que as estruturas produtivas irão rapidamente convergir. (BELLUZZO & ALMEIDA, 2002)

Com isso, a política econômica da época foi caracterizada por um binômio: câmbio valorizado e taxas de juros elevadas, em que “[...] a desinflação rápida, forte, a abrupta valorização da moeda e as taxas de juros muito altas foram todos componentes da mesma estratégia de política econômica.” (BELLUZZO & ALMEIDA, 2002, p. 372). Em relação às taxas de juros, elas precisavam manter-se elevadas para atrair o capital estrangeiro, sobretudo o de curto prazo usado para estabilizar o balanço de pagamentos, que devido ao risco de uma desvalorização cambial, visto que

---

<sup>86</sup> IGP-M, IPCA-E e FIPE-3.

<sup>87</sup> A conversão foi calculada com a média dos últimos quatro meses, para neutralizar o conflito distributivo.

era uma moeda recém estabilizada, demandava por um prêmio maior. Além disso, era uma forma de estimular a poupança e combater a inflação de demanda. Em relação ao câmbio, como já mencionado, era uma forma de aproximar o preço doméstico do estrangeiro.

Em 1994, com reflexos do período anterior ao Plano Real, a inflação reduziu, mas seguia ainda elevada. Por outro lado, o Produto Interno Bruto (PIB) alcançou crescimento expressivo no período de 5,6% (IBGE, apud BELLUZZO & ALMEIDA, 2002, p. 381) e a Formação Bruta de Capital Fixo (FBKF) estava elevada. Nesse ano, as contas do governo apresentaram tanto superávit primário quanto operacional, contudo, a dívida pública seguia elevada. Entre 1995 e 1996, teve-se um momento favorável à economia brasileira, com significativa redução da inflação e crescimento da economia. A FBKF, mesmo com redução, permaneceu elevada. Contudo, houve um aumento nos gastos públicos, devido a programas como o Proer. Além disso, com a percepção de déficit no saldo comercial, o governo ampliou a restrição ao crédito e elevou as taxas de juros. Soma-se a isso a Crise do México (1995) e a saída de capitais do Brasil. Logo, com a moeda valorizada, parte dos títulos deixaram de ser atrelados ao câmbio e passaram a usar a taxa básica de juros, o que ampliou a dívida pública. (BELLUZZO & ALMEIDA, 2002)

Entre 1997 e 1998, as condições da economia brasileira começaram a apresentar maior instabilidade. Houve queda no crescimento do PIB, com -0,1% em 1998 (IBGE, apud BELLUZZO & ALMEIDA, 2002, p. 381), elevação na taxa de desemprego, redução na FBKF, passou-se a ter déficit primário já a partir de 1996 e o déficit nominal em percentual do PIB era elevado, sendo de 6,1% e 7,9%, respectivamente (IBGE, apud BELLUZZO & ALMEIDA, 2002, p. 393). No contexto externo, ocorreram as crises asiática e russa, que intensificaram a saída de capital. Além disso, havia a desconfiança de desvalorização do Real, o déficit no balanço de pagamentos era considerado insustentável e o crescente déficit público era agravado pelas contas externas, o que levou, em 1998, a um ataque especulativo à moeda brasileira, fazendo o Brasil recorrer ao FMI. Os recursos deram uma sobrevida ao Plano Real, porém, a desconfiança quanto ao Real continuou e a dívida pública era ascendente, em que após a reeleição de FHC, em janeiro de 1999 foi anunciado o estabelecimento do câmbio flutuante, que rapidamente se desvalorizou.

Assim, Belluzzo & Almeida (2002) destacaram que o Plano Real não mudou as tendências da década de 1980: baixo crescimento e investimento industrial, redução de investimentos em infraestrutura e desequilíbrios externos acumulados que conduziam a crises monetárias e a recessão iminente. O Plano Real, com a manutenção do câmbio valorizado até 1998 acabou subordinando a política monetária aos fluxos de capital. Além disso, ampliou a vulnerabilidade externa do país, seja com o aumento no déficit em transações correntes, devido ao déficit comercial, seja com a abertura da conta de capitais e a maior participação do capital especulativo. A dívida pública era crescente, em que parte expressiva era dívida externa, além disso, o PIB passou

a ter um crescimento pífio e o investimento se reduziu, levando ao aumento do desemprego na economia.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise de algumas das principais políticas adotadas durante a década de 1990, torna-se evidente o caráter neoliberal que possuíam, estando relacionadas com as proposições do Consenso de Washington. Além disso, deve-se considerar o contexto no qual o Brasil estava inserido, em que possuía elevada dívida externa e inflação em aceleração. Além disso, externamente a Guerra Fria estava em distensão e os países desenvolvidos haviam alcançado os padrões da III Revolução Industrial. Com isso, os processos de abertura comercial e financeira, que objetivaram ampliar o acesso do Brasil aos fluxos de crédito e modernizar a estrutura produtiva nacional, acabaram por ampliar a vulnerabilidade externa do país, gerando um déficit no saldo comercial a partir de 1995 e deixando a economia mais sujeita ao movimento de capitais. A indústria nacional, em grande medida, não tinha condições de competir com a produção estrangeira, contribuindo para a desindustrialização da economia.

As privatizações, por sua vez, transferiram a propriedade dos ativos do Estado para o capital privado, nacional e estrangeiro, sendo uma forma de internacionalização do capital. Contudo, apesar do montante arrecadado até 2002 ter sido elevado, muitas vendas foram feitas a preços irrisórios, além de permitir ao capital privado o controle de setores essenciais. Para mais, o Plano Real, mesmo que tenha deixado a inflação em níveis baixos e estáveis, acabou ampliando a vulnerabilidade externa do país. A dívida externa foi crescente, o déficit primário aumentou, o saldo comercial ficou deficitário na segunda metade da década de 1990, o PIB crescia a taxas reduzidas, o desemprego aumentou e o investimento se reduziu. Logo, as políticas neoliberais adotadas pelo Brasil na década de 1990 não reverteram as tendências que vinham desde a década de 1980, não conduzindo ao desenvolvimento, mas pelo contrário, parecem ter o afastando ainda mais do Brasil.

## REFERÊNCIAS

BATISTA JR, Paulo Nogueira. Vulnerabilidade externa da economia brasileira. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 16, n. 45, p. 173-185, 2002. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142002000200011>. Acesso em: 30 out. 2022.

BATISTA, Paulo Nogueira. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos *In*: BATISTA JR, Paulo Nogueira (org.). **Paulo Nogueira Batista: Pensando o Brasil - Ensaio e Palestras**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2009. p. 115-162.

BELLUZZO, L. G. M.; ALMEIDA, J. S. G. Plano Real: dos sucesso aos impasses. In: BELLUZZO, L. G. M. **Depois da queda**: a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. cap. VIII, p. 363 - 403.

CORAZZA, Gentil. **Crise e reestruturação bancária no Brasil**. Projeto de Pesquisa “Banco Central e Sistema Financeiro: crise e supervisão bancária no Brasil”, 2000. Disponível em: [https://joserobertoafonso.com.br/wp-content/uploads/2021/12/2000\\_08-Gentil-Corazza.pdf](https://joserobertoafonso.com.br/wp-content/uploads/2021/12/2000_08-Gentil-Corazza.pdf) . Acesso em: 29 ago. 2022.

CRUZ, Paulo R. Davidoff Chagas. Endividamento externo e transferência de recursos reais ao exterior: os setores público e privado na crise dos anos oitenta. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 121 - 144, 1995. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/2287/1232>. Acesso em: 20 set. 2022.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra; SALOMÃO, Ivan Colangelo. O sentido histórico do desenvolvimentismo e sua atualidade. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 21, n. 02, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198055272125>. Acesso em: 15 set. 2022.

KUPFER, D. **A indústria brasileira após 10 anos de liberalização econômica**. In: Seminário Brasil em Desenvolvimento, Rio de Janeiro/RJ, Instituto de Economia da UFRJ, 2003. 20p.

LANDI, Mônica. A evolução do Programa Nacional de Desestatização (PND): seus principais resultados e desdobramentos na infraestrutura. In: MARQUES, Rosa M. **O Brasil sob a nova ordem**: a economia brasileira contemporânea. São Paulo: Saraiva, 2012. cap. 6.

REGO, José Marcio; MARQUES, Rosa M. (org). Choques externos e reestruturação interna: a recessão de 1981-1983. In: LACERDA , Antônio Corrêa de et al. **Economia Brasileira**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. cap. 11.

TAVARES, Maria da Conceição. A retomada da hegemonia norte-americana. In: TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luís (orgs.). **Poder e dinheiro**: uma economia política da globalização. Petrópolis: Editora Vozes, 1997. p. 27-53.

# Realitys Show: Conquistando a tela e o coração<sup>88</sup>

---

*Elóra Cristóvão Travezani<sup>89</sup>*

*Matheus Ferreira Maia<sup>90</sup>*

*Thiago Dias Petralho<sup>91</sup>*

## RESUMO

O presente artigo irá abordar como a massificação hodierna de programas de reality shows estão ligados com as prerrogativas do modo de vida imposto pelo neoliberalismo. Desse modo, no presente artigo será analisado como as características dos reality shows brasileiros, transmitidos em rede aberta, atuam como uma ferramenta de legitimação das condições precarizadas do mercado de trabalho brasileiro atualmente.

**PALAVRAS-CHAVE:** Neoliberalismo; Reality Shows; Mercado de Trabalho; Precarização do trabalho.

## 1. INTRODUÇÃO

Contemporaneamente, o Brasil vive uma efervescência de programas de *reality show* transmitidos para a população por meio das emissoras de televisão, sendo os mais notórios e extremamente populares entre os brasileiros os programas *Big Brother Brasil*, transmitido pela Rede Globo; o *Masterchef Brasil*, transmitido pela Rede Bandeirantes; e *A Fazenda*, transmitido pela Rede Record. Nesse sentido, a extrema popularidade desse tipo de programa pode ser evidenciado na edição de 2020 do *Big brother Brasil*, no qual o paredão<sup>92</sup> entre os participantes Manoela Latini Gavassi, Felipe Prior e Mariana Decânia Gonzalez obteve mais de um bilhão de votos entre as pessoas que acompanhavam a edição e entrou para o livro do recordes do *Guinness Worlds Records*<sup>93</sup>.

---

<sup>88</sup> Este artigo foi produzido inicialmente para a disciplina de Economia Mundial Contemporânea, do curso de Ciências Econômicas da Ufes, como requisito parcial de avaliação.

<sup>89</sup> Graduanda em Ciências Econômicas na Ufes e petiana egressa do PET-Economia/Ufes.

<sup>90</sup> Graduando em Ciências Econômicas na Ufes e bolsista do PET-Economia/Ufes.

<sup>91</sup> Graduando em Ciências Econômicas na Ufes.

<sup>92</sup> Termo utilizado para expressar o período de votações de eliminação dos participantes do *Big Brother Brasil*.

<sup>93</sup> É um livro, atualizado anualmente, que contém diversos recordes registrados ao redor do globo.

Nesse contexto, é importante salientar que as audiências e a venda de produtos originados<sup>94</sup> com os *reality shows* no Brasil não é um fenômeno que se localiza de forma externa aos padrões do capitalismo contemporâneo, mas a existência e desenvolvimento criativo desses programas são uma forma de reforçar os paradigmas impostos por políticas econômicas e os novos aspectos do modo de vida das originados com ascensão do neoliberalismo durante o século XX. Desse modo, o presente artigo irá abordar os caminhos que pavimentaram a ascensão do neoliberalismo como ideologia dominante contemporaneamente e sua ligação com a massificação dos programas *reality show* no imaginário popular brasileiro. Além disso, também será abordado como os *reality shows* se destacam como uma ferramenta de legitimação das prerrogativas econômicas advogadas pelas políticas econômicas neoliberais hodiernamente.

## 2. COMO O NEOLIBERALISMO CONQUISTOU CORAÇÕES E MENTES?

A configuração econômica mundial sofreu diversas transformações após o I Choque do Petróleo e do II Choque do Petróleo, no qual diversos países ao redor do globo, entre estes países desenvolvidos e subdesenvolvidos, sofreram crises econômicas decorrentes do aumento de preços do barril de petróleo. Além disso, essas crises foram um dos fatores responsáveis pelo declínio do Estado de Bem estar social em países do primeiro mundo. Da mesma forma, é importante salientar que essa configuração mundial, marcada por grandes instabilidades econômicas, foi responsável pela diminuição da taxa de lucratividade entre os grandes capitalistas das economias desenvolvidas. Como forma de aumentar a taxa de lucros e diminuir os custos de produção, ocorreu uma substituição do modo de produção fordista, caracterizado por uma produção baseada na própria oferta de empresas e pela produção de manufaturados em massa, por um modelo denominado Toyotismo. O modo de produção toyotista é caracterizado por uma produção *just-in-time*, no qual a produção em determinada empresa é baseada na demanda existente no mercado consumidor. Nesse sentido, o modo produção toyotista demanda um mercado de trabalho extremamente flexível, dado que a oferta é bastante volátil por depender do comportamento do mercado consumidor.

Nesse contexto, o processo de reestruturação produtiva, ou acumulação flexível, ocasionou um processo de precarização do mercado de trabalho, já que houve uma maior flexibilidade da legislação trabalhista para se adaptar ao modo de produção toyotista. De acordo Harvey (1992), o processo de acumulação flexível é caracterizado por uma geração de maior flexibilidade nas estruturas que compõem o mercado de trabalho, as linhas produtivas das empresas capitalistas e no modo de consumo entre os diversos tipos de pessoas.

---

<sup>94</sup> Nas edições do *Big Brother* Brasil, a rede Globo vende uma assinatura, denominada *pay-per-view*, para os telespectadores interessados em acompanhar todas as 24 horas dos participantes do programa.

Outrossim, é importante salientar que as mudanças estruturais geram maior flexibilidade no mercado de trabalho, e que resultam em um processo de precarização dos postos de trabalho, necessitando de mudanças na mentalidade da população com ênfase em relações sociais mais individualizadas. Desse modo, essas modificações nas relações sociais surgem após o término da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), na qual mudanças culturais e sociais modificaram as estruturas da sociedade mundial e impactaram o rumo do modo de vida das pessoas ao redor do planeta. Além de permitir as condições necessárias para a fundamentação do neoliberalismo como ideologia dominante contemporaneamente. Nesse contexto, é importante salientar que de acordo Hobsbawm (2003), a confluência de diversas transformações sociais e culturais ocorridos nos países ao longo do século XX (como, por exemplo, o maior acesso a universidades ao redor do mundo, a maior participação feminina no mercado de trabalho, o maior número de pessoas morando em cidades e a juventude se tornando força-motriz do consumo do capitalismo contemporâneo), criaram condições para uma esfacelamento modo de vida que, outrora eram ligados a uma maior coletividade entre as pessoas. Nesse contexto, devido às transformações sociais e culturais, as relações sociais entre as pessoas passaram a ser mais individualizadas e permitiram a legitimação do modo de trabalho característico do neoliberalismo.

Para Hobsbawm (2003), as décadas de 1980 e 1990 foram marcadas pela disseminação global dos padrões de vida e produção intrínsecos à lógica neoliberal. Assim, para o autor, os meios de comunicação em massa são ferramentas de disseminação de posições políticas maiores do que partidos e sistemas eleitorais em uma sociedade individualista. É nesse cenário de globalização, de importância dos meios de comunicação e de auto-governança que se populariza um novo gênero televisivo, como ferramenta de impregnação da lógica gerada pelo neoliberalismo, denominados *reality shows*.

No entanto, é importante salientar que a popularização dos *reality shows* pelo mundo está ancorada na tendência de ampliação, no que Harvey (1992) denominou de acumulação flexível. O primeiro programa do gênero surgiu em 1973, nos Estados Unidos, consistia em uma série chamada "An American Family", na qual o público acompanha os desafios do cotidiano de uma família comum. Porém, foi apenas na década de 90 que os *realities* se tornaram populares, após a chegada do "The Real World" na MTV americana e do "Big Brother" em 1999 no canal holandês Veronica TV. Desse modo, a expansão do mercado é fundamental para o processo de continuidade da acumulação de capital. No mundo marcado pelo neoliberalismo, a necessidade de reafirmação das condições de trabalho flexíveis, tornou vital um processo de globalização desse formato televisivo. O programa *Big Brother*<sup>95</sup>, apesar de ser bastante popular no Brasil, surgiu na Holanda e se espalhou pelo mundo. O programa *Masterchef*, um *reality show* caracterizado pela participação de chefes de cozinha amadores e totalmente oposto (na aparência) do *Big Brother*, também bastante

---

<sup>95</sup> Nome criado em referência ao livro 1984 de George Orwell.

popular no Brasil, surgiu no Reino Unido e se espalhou ao redor do planeta. Ou seja, a popularização desse formato de programa nada mais é que desdobramento do processo de reafirmação da lógica da acumulação flexível perante a população.

Outrossim, é importante salientar uma das marcas do neoliberalismo contemporâneo, além do processo de reestruturação produtiva, é o processo de financeirização. A financeirização, conforme Chesnais (1998) é marcada pelo transbordamento das características provenientes do sistema financeiro para o setor produtivo e para as relações sociais. Assim, alta volatilidade e incertezas do setor financeiro atuam em setores como o mercado de trabalho, gerando uma alta instabilidade em diversos postos de trabalho. Desse modo, apesar de bastante distintas entre si, a dinâmica dos *reality show* reproduzem a volatilidade do mercado de trabalho contemporâneo, com a participação de um número específico de participantes e com personalidades totalmente opostas a realização de diversas provas que testam os limites físicos dos competidores, com intuito de ganhar o grande prêmio ao final do programa (normalmente uma premiação em dinheiro). Os formatos dos *reality show* variam entre si, entretanto, todos reforçam o que Dardot e Laval (2012) denominam por racionalidade neoliberal, ou seja uma mentalidade caracterizada pela extrema individualidade entre as pessoas, a adoção dessa racionalidade neoliberal surge como uma ferramenta de normalização do sofrimento advindos do mercado de trabalho.

### 3. RITUAIS DE SOFRIMENTO NA SOCIEDADE NEOLIBERAL

A autora Silvia Viana (2012) analisa rituais e mecanismos de dominação tão presentes em vários produtos televisivos, com foco no *Big Brother Brasil* e como esse tipo de programa e filmes de *Hollywood* perpetuam a lógica brutal presente na ótica neoliberal. Em programas do gênero *reality show*, candidatos voluntários (às vezes coagidos) competem por seus objetivos cumprindo regras inventadas por seus “superiores”. Seja por meio de provas que testam seu foco no objetivo, colocando-os em situações humilhantes e dolorosas, ou por meio de conflito entre competidores, essas competições trazem uma natureza cruel de exposição do indivíduo ao sofrimento. Desse modo, a essência desse gênero sumariza-se em: quanto de esforço e resistência você é capaz de empenhar pela recompensa? Esse teste, ou podemos chamar de martírio, só faz sentido na competição por fazer sentido no modo de vida neoliberal, colocando essa realidade à prova e a reafirmando nesses programas.

A autora costura o nosso cotidiano e a dinâmica dos realities, colocando-os como a realidade inserida em um tubo de ensaio, refletindo a racionalidade presente no mercado e também servindo como exemplo e modelo que reforça o modo que vivemos. Esses programas podem ser interpretados como uma reposição da dinâmica da disputa neoliberal em nossa sociedade contemporânea. O *show*, coloca os “*brothers*” em uma competição constante pelo prêmio final e pela permanência na casa, refletindo a ótica do livre mercado, em que indivíduos são forçados a se

destacar e conquistar vantagens sobre os demais. A questão levantada pela autora é a quão imersa a população se encontra nessa dinâmica neoliberal que a torna induz a participar de tais competições, torna o público indiferente em relação ao sofrimento dos participantes do programa, e como nós enquanto sociedade chegamos a esse patamar.

Harvey demonstra como a ótica neoliberal deturpa o âmago das relações sociais:

“O neoliberalismo não destrói apenas regras, instituições, direitos. Ele também produz certos tipos de relações sociais, certas maneiras de viver, certas subjetividades. Em outras palavras, com o neoliberalismo, o que está em jogo é nada mais nada menos que a forma de nossa existência, isto é, a forma como somos levados a nos comportar, a nos relacionar com os outros e com nós mesmos.” (Harvey, 1992, p. 161)

Assim como no *show*, a nossa sociedade está tão submersa na ótica neoliberal que não reconhece que os próprios participantes do programa estão abdicando de direitos fundamentais do ser humano, como o da liberdade e da integridade física, e mesmo os mais esclarecidos, que conseguem enxergar tais características nesse tipo de programa e filmes, muitas vezes não enxergam que sua própria realidade, suas abdições de tempo, escolhas, e até concepções de sucesso e felicidade, estão sendo influenciadas em níveis jamais vistos anteriormente em nenhum momento da história.

Além do âmbito da vida pessoal, o neoliberalismo criou novas dinâmicas entre as instituições, o estado se ausenta de responsabilidades utilizando do argumento liberal, consegue hoje, transformar a ideia de estado ausente e políticas de austeridade fiscal em um cenário positivo. Pouco a pouco, os serviços básicos de saúde, educação e segurança foram se tornando responsabilidade de cada indivíduo, e não deveres básicos do Estado. Por meio do sucesso profissional e pela falácia meritocrata, o indivíduo tem condições de pagar pela melhor educação, pelos melhores médicos e até mesmo pela sua segurança, morando em locais melhores. Como visto em Harvey (1992) a crise econômica de 1973-1975 levou a um esvaziamento de pautas coletivas, como o enfraquecimento do Estado de bem-estar social e do poder do sindicato organizado, levando a uma ascensão do individualismo.

Complementando a ideia, Dardot e Laval (2012) consideram o neoliberalismo, o desdobramento da lógica do comercial, como uma lógica normativa generalizada, que extrapola a esfera mercadológica e adentra o psicológico e a subjetividade pessoal. Vemos efeitos claros da lógica descrita pelos autores na busca incessante dos competidores do *reality* por seu objetivo final, que pode ser um prêmio em dinheiro, um cargo, um corpo ideal ou para apenas ser o vencedor. O prêmio é dado para aqueles que demonstram disposição e a punição é dada aos que não conseguem se mostrar mercadorias vendáveis.

Ao nos debruçarmos no mercado de trabalho contemporâneo, podemos observar diversos pontos de interseção entre a lógica neoliberal, dinâmica dos *reality shows*, e as relações de trabalho atuais. O individualismo e a meritocracia colocados como “naturais” aos trabalhadores são pontos fundamentais para a consolidação do modo de produção flexível descrito por Harvey (1992), e se

transparecem na lógica dos programas e seus jogos. Além disso, a competição contra si mesmo e com os outros, tão presente nos *realities*, são essenciais para a sobrevivência do trabalhador no mercado, uma vez que este é a todo tempo colocado a prova por regras e critérios imprevisíveis, para que comprove seu desejo e capacidade de permanecer em seu emprego. Dessa forma, a condição do trabalhador como uma empresa de si mesmo, a qual ele precisa investir e saber vender, não passa de uma nova roupagem para a fetichização da exploração do trabalho e apropriação da mais-valia desenvolvida pela racionalidade neoliberal, que Viana (2012) afirma estar presente tanto nos programas, quanto no dia a dia do trabalhador.

Além disso, grandes programas de *reality shows*, como o *Big Brother Brasil* tem como grande fonte de lucratividade o patrocínio de grandes empresas. Além disso, as provas elaboradas nesse *reality show* são adequadas para os patrocinadores oficiais engajarem na venda de seus produtos para os telespectadores. No entanto, além do objetivo comercial, a ampliação de programas de *reality shows* ajudam a construir na mentalidade, como citado anteriormente, a lógica de trabalho flexível que as próprias empresas que patrocinam o programa adotam no cotidiano de seu funcionamento.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na contemporaneidade, o neoliberalismo, ancorado no processo de reestruturação produtiva e financeirização, tornou-se um dos alicerces para a implementação de diversas políticas econômicas que causaram uma maior flexibilização no mercado de trabalho e um aumento no grau de abertura financeira ao redor do mundo. No entanto, para além da fundamentação de políticas econômicas, as transformações relacionadas com a ascensão do neoliberalismo afetaram drasticamente as relações sociais entre as pessoas. Nesse contexto, conforme Dardot e Laval (2012), o processo de legitimação de políticas neoliberais conduziu as pessoas a adotarem uma racionalidade fundamentada na valorização da individualidade, em contraposição a relações sociais que envolviam maior coletividade, visando estimular uma maior competitividade entre as pessoas.

Nesse contexto, como ferramenta de legitimação da racionalidade neoliberal, houve a massificação de programas de *reality show*, contemporaneamente, como forma de idealizar na mentalidade da população as dinâmicas do mercado de trabalho atual, marcado por uma maior volatilidade nos postos de trabalho e uma maior flexibilidade na jornada de trabalho (além de uma flexibilização na legislação trabalhista). Nesse contexto, as dinâmicas que caracterizam os *reality show*, como provas que levam o limite físico e mental dos participantes, atuam como forma de naturalização nos telespectadores do programa de suas próprias relações de trabalho, que são caracterizadas por um aumento da precarização.

Diante desse panorama, é de suma importância analisar as consequências que a mídia exerce na vida das pessoas, construindo narrativas que suavizam e naturalizam a constante competição da ótica neoliberal. A representação do mercado de trabalho nos *reality shows*, cinema e

na mídia em geral, influencia valores pessoais, a exaltação da meritocracia e da competição constante levam o indivíduo a um estado constante de esgotamento físico e mental, além de moldar uma sociedade individualista como um todo que acaba por reproduzir cenários de desigualdade e exclusão social, como no caso do Brasil contemporâneo.

Portanto é imprescindível levantar a reflexão, sobre como o impacto da exposição e construção de narrativas neoliberais expostas na mídia moldam o comportamento das pessoas, perpetuando um comportamento e dinâmicas sociais pautadas na competição e busca constante por sucesso individual.

## REFERÊNCIAS

HOBBSBAWN, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

HARVEY, David. **Do Fordismo à Acumulação Flexível**. In: A condição pós-moderna: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

CHESNAIS, François. Introdução Geral. In: \_\_\_\_ (org.). **A Mundialização financeira: gênese, custos e riscos**. São Paulo: Xamã, 1998.

DARDOT, P; LAVAL, C. Introdução. In: **A nova razão do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2016.  
Viana, Silvia. **Rituais de Sofrimento**. São Paulo: Boitempo, 2012.

# Conheça seu PET

## *Programa de Educação Tutorial – Universidade de Brasília*



Grupo PET Economia da Universidade Nacional de Brasília (Unb) em 2023.

A história do Programa de Educação Tutorial (PET) de Economia da Universidade de Brasília (UnB) se confunde com o próprio processo de criação e idealização do ensino tutorial enquanto plataforma de extensão no Brasil. Na década de 1950, o professor Flávio Versiani, ex-tutor do PET e professor emérito do Departamento de Economia da UnB, participou da idealização do Sistema de Bolsas, implementado na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Em 1973, Versiani, Edmar Bacha, Cláudio Moura Castro e Tereza Ribeiro, juntos, reestruturaram o Departamento de Economia da UnB, promovendo uma estrutura mais completa e robusta a fim de dar bases ao Programa de Pós-Graduação do departamento.

Em 1979, o então presidente da Coordenação de Acompanhamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Claudio Moura Castro, fundou efetivamente o programa, que, na época, se chamava Programa Especial de Treinamento e

tinha como base o Sistema de Bolsas da UFMG, idealizado pelos seus colegas. Com isso, o PET Economia da UnB foi um dos primeiros grupos do país a ser institucionalizado e tinha como objetivo inserir estudantes de graduação na vida acadêmica e prepará-los para a docência. Mirava-se, sobretudo, na inserção acadêmica dos alunos em universidades do exterior, uma vez que os programas de pós-graduação no Brasil ainda estavam em desenvolvimento.

Durante a década de 1980, o Departamento de Economia da UnB foi uma voz ativa no debate público sobre política econômica no Brasil e o PET não era exceção. Nomes de relevância no cenário econômico foram tutores do programa, como o próprio Flávio Versiani e as professoras Tereza Ribeiro e Maria Luiza Falcão. Os eixos programáticos de funcionamento tinham mecanismos de treinamento e aperfeiçoamento acadêmico para introdução dos estudantes em contextos de especialização. E, desde o início, era necessário que se contasse com um espaço físico e com uma biblioteca à disposição dos membros. Estes tinham que se dedicar exclusivamente às atividades do PET mediante recebimento de bolsa – à época não havia vagas para membros voluntários, apenas para os 12 bolsistas, porém havia várias pessoas que se somavam ao programa e atuavam quase que como membros do grupo.

Por conta da necessidade de dedicação exclusiva e existência de um espaço físico à disposição dos petianos, o que promovia uma integração grande dos estudantes, o grupo passou a elaborar diversas atividades visando o desenvolvimento acadêmico. Promoviam-se cursos, palestras, grupos de estudo e discussões sobre os temas mais variados que permeavam o debate em economia da época. Através da precisa seleção, o programa beneficiou-se de estudantes com alto desempenho nas disciplinas da graduação, envolvidos na condução acadêmica dos departamentos e engajados no debate público. Os alunos eram projetados, portanto, para se tornarem a nova intelectualidade brasileira a partir do interior das universidades públicas.

Uma importante contribuição do grupo para a academia brasileira foi o ciclo de palestras sobre Economia Monetária, promovido na passagem da década de 1980 para a década de 1990. À época, grandes nomes em teoria monetária participaram, como Suzanne de Brunhoff, Fernando Cardim de Carvalho e Fernando Holanda Barbosa. O resultado dessa experiência foi o lançamento do livro, pela Editora da UnB, intitulado de “Moeda e Produção: teorias comparadas”.

Em meados da década de 1990, a realidade da academia havia mudado bastante. A estabilização brasileira de 1994 consagrou um grupo de intelectuais que ajudaram a consolidar e fundar os cursos de pós-graduação em economia no Brasil. Esse conjunto de acadêmicos foi consagrado internacionalmente por acabar com uma superinflação sem a

necessidade de recessão ou de tratamento de choque, através de um engenhoso mecanismo de indexação. Com isso, e diferentemente dos anos 1960 e 1970, os programas de pós-graduação em economia consolidaram-se e a função exercida pelo então Programa Especial de Treinamento parecia não ter mais sentido.

Em 1999, a Capes encerrou o programa sem grandes explicações. Apesar disso, a professora Adriana Amado, juntamente com os petianos da época, se comprometeu a seguir com o funcionamento do grupo, mesmo sem a institucionalização junto à CAPES, e teve apoio do departamento.

O formato no qual o PET se encontra hoje, sendo composto por estrutura do grupo e plano de atividades, está em vigor desde o início dos anos 2000. São realizados dois encontros presenciais por semana, destinados à apresentação de periódicos publicados em revistas nacionais e internacionais, e ao debate sobre conjuntura econômica. Também são dedicadas reuniões à discussão sobre andamento das monografias e sobre assuntos administrativos/internos.

As reuniões são abertas à comunidade acadêmica e todos os estudantes da UnB, de forma a encorajar a participação e trazer notoriedade ao PET. Como produto anual, os integrantes entregam monografias que serão posteriormente publicadas em livro ou revista do PET e que podem também ser submetidas a revistas econômicas do cenário nacional. Desde 2010, os integrantes do Departamento de Economia que atuaram como tutores foram

Maria Tereza de Oliveira, Geovana Bertussi, Jose Guilherme de Lara Resende, Andrea Cabello e Daniela Freddo. A atual tutora, desde 2023, é a professora Adriana Amado.



UNIVERSIDADE FEDERAL  
DO ESPÍRITO SANTO